



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

# **OS BENEFÍCIOS FISCAIS NO DIREITO DA INSOLVÊNCIA**

*Sara Lisete Nogueira Lopes*

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2018





**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

# **OS BENEFÍCIOS FISCAIS NO DIREITO DA INSOLVÊNCIA**

*Sara Lisete Nogueira Lopes*

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2018

**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

# **OS BENEFÍCIOS FISCAIS NO DIREITO DA INSOLVÊNCIA**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a  
obtenção do grau de Mestre em Direito da Empresa e dos Negócios

Orientadora: Mestre Maria do Rosário Epifânio

Faculdade de Direito | Escola do Porto

maio 2018

*Aos meus pais*

*Ao João*

*O Estado proíbe ao individuo a prática de actos infractores, não porque deseje  
aboli-los, mas sim porque quer monopolizá-los*

Sigmund Freud

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, pelo carinho e dedicação de uma vida

Ao meu pai, por quem é e por quem me ensina a ser

Aos dois, por tudo o que consegui alcançar

Ao João, por ser o meu pilar

Aos meus avós, pelo amor

Aos meus amigos, pelo apoio

À Dra. Maria do Rosário Epifânio, pela disponibilidade

## **RESUMO**

O presente estudo pretende analisar os Benefícios Fiscais num dos Diplomas em que se encontra previsto: o Código de Insolvência e Recuperação de Empresas. Para tal, num primeiro momento vamos aclarar o conceito de benefícios fiscais no geral, para de seguida analisar a evolução das normas no diploma em questão, para num momento ulterior saber qual o seu âmbito de aplicação. Não menos importante, é saber os procedimentos utilizados pela Autoridade Tributária e Aduaneira para interpretação da lei e qual a sua força vinculativa. Após esta abordagem mais teóricas, iremos debruçar a nossa atenção nas divergências existentes entre a Autoridade Tributária e Aduaneiro, a Jurisprudência e a Doutrina relativamente ao sentido e alcance das normas em apreço.

No final esperamos retirar deste estudo, uma conclusão prática e esquemática e até cronológica, de todas as divergências existentes, das soluções que surgiram e das questões que ainda esperam uma solução, e conseguir, com isso, criticar o sistema, com fundamentos legais e práticos. Não nos cingirmos aos problemas teóricos e abstratos, mas sim aos problemas do quotidiano, que afetam as sociedades comerciais e a comunidade no geral. Por último, depois de estudarmos o problema, percebermos, se possível, quais os mecanismos para a sua resolução a favor das sociedades comerciais insolventes.

**Palavras-chave:** Benefícios Fiscais; Código de Insolvência e Recuperação de Empresas; Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas; Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis; Imposto de Selo; Autoridade Tributária; Supremo Tribunal Administrativo.



## **ABSTRACT**

The present study intends to analyze the Tax Benefits in one of the Diplomas in which it is predicted: “Código de Insolvência e Recuperação de Empresas”. To that end, we will first clarify the concept of tax benefits in general, and then analyze the evolution of the rules in the diploma in question, and at a later stage to analyse its scope. Not least important, it is knowing the procedures used by the Tax and Customs Authority for interpretation of the law and its mandatory strength. After this more theoretical approach, we will turn our attention to the differences between the Tax and Customs Authority, Jurisprudence and the Doctrine regarding the meaning and scope of the rules under consideration.

In the end we hope to draw a practical and schematic and even chronological conclusion of all the divergences that exist, the solutions that have emerged and the questions that still await a solution, and thus to criticize the system, with legal and practical grounds. Let us not confine ourselves to theoretical and abstract problems, but to the problems of everyday life, which affect commercial societies and the community as a whole. Finally, once we have studied the problem, we should, if possible, find out the mechanisms for its resolution in favor of insolvent commercial companies.

**Keywords:** Tax benefits; Código de Insolvência e Recuperação de Empresas; Tax on the Income of Collective Persons; Municipal Tax on Real Estate Transfers; Stamp tax; Tax Authority; Supreme Administrative Court.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Ac/Acs	Acórdão/ Acórdãos
Al/als	Alínea/ Alíneas
AI	Administrador da Insolvência
art/arts	Artigo/Artigos
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
CC	Código Civil
CEJ	Centro de Estudos Judiciários
cf	Conforme
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas
CIRE	Código de Insolvência e da Recuperação das Empresas
CPEREF	Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência
CPPT	Código de Procedimento e de Processo Tributário
CPTA	Código de Processo nos Tribunais Administrativos
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSC	Código das Sociedades Comerciais
CIS	Código do Imposto de Selo
DA	Decisão Arbitral
DL	Decreto-Lei
DGAT	Direção-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira
DGI	Direção-Geral dos Impostos
DP	Decreto Preambular
DS	Direção de Serviços
DSG	Documentos Setoriais do Governo
DSIMT	Direção de Serviços do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
DSJC	Direção de Serviços Jurídicos e do Contencioso
EBF	Estatuto dos Benefícios Fiscais
ed	Edição
EM	Estados – Membros
IMT	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
IRC	Imposto sobre as Pessoas Coletivas
IS	Imposto de Selo

IV	Informação Vinculativa
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LGT	Lei Geral Tributária
LOE	Lei de Orçamento Estado
nº/nºs	Número/ Números
OA	Orientação Administrativa
OE	Orçamento do Estado
Pa	Parecer
PER	Processo Especial de Revitalização
PEAP	Processo Especial para Acordo de Pagamento
PIV	Pedido de Informação Vinculativa
Proc	Processo
RERE	Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas
ROC	Revisor Oficial de Contas
STA	Supremo Tribunal Administrativo
TAF	Tribunais Administrativos e Fiscais
TC	Tribunal Constitucional
TCA	Tribunal Central Administrativo
TGIS	Tabela Geral de Imposto de Selo
TJCE	Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TRP	Tribunal da Relação do Porto
<i>Vide</i>	<i>v</i>
vol	Volume

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	5
RESUMO .....	6
ABSTRACT .....	7
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	8
INTRODUÇÃO .....	12
1. ASPETOS ESSENCIAIS DOS BENEFÍCIOS FISCAIS – ENQUADRAMENTO .....	13
2. OS BENEFÍCIOS FISCAIS NO DIREITO DA INSOLVÊNCIA .....	15
2.1. Âmbito de Aplicação .....	16
2.1.1. Mecanismos Judiciais .....	17
2.1.1.1. Processo Insolvência (PI) .....	17
2.1.1.2. Processo Especial de Revitalização (PER) .....	18
2.1.2. Mecanismos Extrajudiciais .....	19
2.1.2.1. Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) .....	19
3. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS .....	20
3.1. Orientações Administrativas .....	20
3.2. Informações Vinculativas .....	21
4. EM SEDE DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS COLETIVAS (IRC) ....	22
4.1. Mais – Valias .....	24
4.1.1. A redação inicial do art. 268º e a sua evolução .....	25
4.1.2. Alienação da massa insolvente pelo AI .....	26
5. EM SEDE DE IMPOSTO DE SELO (IS) .....	27
5.1. A Alínea a) e a Interpretação da AT .....	28
5.2. A Discordância de Diplomas .....	28
5.3. O Sentido Útil da Alínea d) e da Alínea e) .....	29
5.4. A Tão Esperada Alínea g) e as Garantias das Obrigações .....	30
6. EM SEDE DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE A TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS (IMT)	
.....	31
6.1. Antecedentes .....	32
6.2. A Alínea a) e a Constituição de Novas Sociedades .....	32

6.3. O Preceituado no n.º 2 do Artigo 270.º .....	33
CONCLUSÃO .....	41
BIBLIOGRAFIA .....	43

## INTRODUÇÃO

A temática do benefício fiscal no Direito da Insolvência, não tem sido, salvo raras e pontuais exceções, questão de grande atenção por parte da Doutrina nacional, mas em contrapartida, tem estado nos assuntos em análise da Autoridade Tributária e Aduaneira e por consequência, da Jurisprudência.

Assim, no geral, o benefício fiscal veste várias formas, mas no Direito da Insolvência apresenta-se sobre a figura das isenções. São isenções que a lei concede excecionalmente a certos sujeitos passivos – no presente estudo, às Sociedades Comerciais – no sentido de as desobrigar do pagamento do tributo que à partida lhes era exigido, por se verificar em relação a elas uma situação de maior dificuldade económica.

Posto isto, vamos estudar a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, em sede de Imposto de Selo e em sede do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis em conexão com dois mecanismos judiciais – O Processo de Insolvência (PI) e o Processo Especial de Revitalização (PER) e o mais recente mecanismo extrajudicial – O Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE), na medida do necessário para compreender a relação entre o Direito da Insolvência e o Direito Fiscal.

Por fim, avançamos para a interpretação das normas legais do ponto de vista da Autoridade Tributária e Aduaneira, sempre em estreita ligação com a opinião da Doutrina e com vista à resolução de conflitos nos Tribunais Superiores.

Hodiernamente, as Sociedades Comerciais disputam com o Estado os seus Direitos, e recorrem aos Tribunais para os fazer valer. A consciência na luta pelos direitos mudou de paradigma, e agora os contribuintes exigem mais e melhores medidas do Estado, e concretamente, da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). É por força dessa consciência que este tema tem contornos que iremos apresentar de seguida.

## 1. ASPETOS ESSENCIAIS DOS BENEFÍCIOS FISCAIS – ENQUADRAMENTO

Os Benefícios Fiscais<sup>1</sup> estão concentrados no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), mas por força da sua complexidade estão igualmente regulados em vários diplomas fiscais e outra legislação avulsa.

De acordo com o art 2º do EBF, os benefícios são medidas de carácter excecional instituídas para tutela de interesses públicos extrafiscais relevantes, que sejam superiores aos da própria tributação que impedem<sup>2</sup>.

Em primeiro lugar, os benefícios traduzem-se numa derrogação às regras gerais de tributação, pelo que têm natureza excecional: são excecionais perante o regime normal, por atribuírem uma vantagem ou simplesmente um desagravamento fiscal a certos sujeitos passivos.

No fundo, o Estado renuncia a uma receita tributária inicialmente prevista e em paralelo prevê uma despesa fiscal<sup>3</sup> no Orçamento de Estado (OE)<sup>4</sup>

O objetivo dos benefícios é a satisfação das necessidades sociais coletivas, de natureza social, política ou económica em prejuízo do interesse público na arrecadação de impostos<sup>5</sup> e também a justificação para a sobreposição ao princípio da igualdade contributiva<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Doravante simplesmente designados “benefícios”.

<sup>2</sup> Segundo NABAIS, Casalta, 2015, *O Dever Fundamental de Pagar Impostos: Contributo para a compreensão constitucional do estado fiscal contemporâneo*, Teses de doutoramento em Direito Administrativo, 629, a extrafiscalidade é um conjunto de “normas (fiscais) que, ao preverem uma tributação, isto é, uma ablação ou amputação pecuniária (impostos), ou uma não tributação ou uma tributação menor à requerida pelo critério da capacidade contributiva, isto é, uma renúncia total ou parcial a essa ablação ou amputação (benefícios fiscais), estão dominadas pelo intuito de actuar directamente sobre os comportamentos económicos e sociais dos seus destinatários, desincentivando-os, neutralizando-os nos seus efeitos económicos e sociais ou fomentando-os, ou seja, de normas que contêm medidas de política económica e social”.

<sup>3</sup> Em traços gerais, despesa fiscal representa a totalidade das receitas tributárias a que o Estado renuncia voluntariamente, em nome de opções políticas assumidas. Juridicamente, representa o estimativo das situações de renúncia de receitas tributárias, que seriam arrecadadas pelo Estado em função do conteúdo da tributação- regra estabelecida. Ademais, a criação da despesa fiscal surge com a concessão dos benefícios tributários e não como sua criação legislativa, daí fazer depender a publicitação como condição de eficácia. Nesta lógica, nem sempre a extinção dos benefícios conduz a um aumento das receitas e à consequente diminuição da despesa fiscal. MARTINS, Guilherme W. d’ Oliveira, 2002, *A Despesa Fiscal e o Orçamento do Estado no Ordenamento Jurídico Português*. 13, 230 e 242.

<sup>4</sup> O orçamento é um instrumento financeiro, no qual se faz uma previsão de receitas e despesas. Por seu turno, o orçamento do Estado é constitucionalmente concedido para refletir as receitas e despesas dos serviços integrados e fundos autónomos do Estado e as receitas e despesas da segurança social, cf art 105 nº1 da CRP. MARTINS, Maria d’Oliveira, 2017, *Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro*. 181, tendo a elaboração do orçamento que se acompanhar, entre outros, de relatório sobre os benefícios e a estimativa da receita cessante, nos termos do art 106º nº3 al g) da CRP.

<sup>5</sup> A exigibilidade do imposto cumpre dois objetivos essências: o financiamento das funções Estaduais e a redistribuição do rendimento. Assim, SILVA, Tavares da, 2015, *Direito Fiscal - Teoria Geral*. 24.

<sup>6</sup> A linha entre os benefícios e os privilégios fiscais é ténue, pelo que, se exige uma justificação para a desigualdade de tratamento. Na falta de objetivos que justifiquem a desigualdade de tratamento, então

Ademais, é taxativa a concessão destes benefícios, por força da vinculação da atividade da administração ao princípio da legalidade fiscal, que se concretiza numa garantia para os cidadãos contribuintes<sup>7</sup>.

Consequentemente as normas que determinam os benefícios não são suscetíveis de integração analógica<sup>8</sup> – por força da reserva absoluta de lei parlamentar<sup>9</sup> (cf art 10º EBF, art 11º nº4 da Lei Geral Tributária (LGT) e 103º nº 2 da Constituição da República Portuguesa (CRP)) – mas admitem interpretação extensiva<sup>10</sup>.

Estes podem ser de reconhecimento automático, ou dependentes de reconhecimento: São automáticos quando nascem *ope legis*<sup>11</sup> e dependentes de reconhecimento, quando a atribuição do benefício depende do pedido do interessado à AT<sup>12</sup>, tendo, em qualquer dos

---

estaremos perante privilégios fiscais. Assim, SANCHES, Saldanha, 2010, *Justiça Fiscal*. 49 e PEREIRA, Freitas, 2017, *Fiscalidade*. 5ª ed, 356. Citando FREITAS PEREIRA, “não se concebe um benefício fiscal que não seja um meio de atingir um fim assumido de valor hierarquicamente superior ao da igualdade de todos os contribuintes.”.

<sup>7</sup> Os benefícios estão submetidos à reserva da lei fiscal, por força do art 103º nº2 da CRP. Para DOURADO, Ana Paula, 2015, *O Princípio da Legalidade Fiscal*: Tese de doutoramento, 126 “a consagração expressa da reserva de lei para os benefícios fiscais justifica-se, não só no sentido em que a reserva de lei nos Estados Socias de Direito não se deve limitar à administração ablativa, como ‘para se evitar equívocos ou dificuldades de interpretação, sobretudo se se tiver em conta que os benefícios fiscais são, por via de regra, medidas extrajudiciais’, às quais se recusa a aplicação pura e simples da ‘constituição fiscal’.” A fim de justificar a necessidade de reserva de lei para os benefícios, NABAIS, *O Dever... cit*, 364, entende que “a reserva à lei dos benefícios fiscais tem a mesma justificação da reserva à lei dos impostos, já que os mesmos constituem despesas que ou não são orçamentadas ou, sendo-o, a sua orçamentação é uma simples estimativa ou cálculo como a das receitas e não uma fixação como a das despesas, compreendendo-se assim a sua subordinação à mesma reserva de lei da das normas relativas à imposição positiva: é que, a entender-se de outro modo, as normas sobre benefícios fiscais furtar-se-iam à reserva de lei fiscal, porque não são impostos, e à reserva de lei do orçamento, dado neste não poderem ser fixadas, mas tão-só estimadas ou calculadas.” Sobre o princípio da legalidade, PAIVA, Carlos/Mário JANUÁRIO, 2014, *Os Benefícios Fiscais nos Impostos sobre o Património*. 51: salientam que “dando corpo ao chamado princípio da *precedência da lei*, toda a atividade administrativa se apoia num quadro legal pré-existente, em razão do qual, é ilegal todo o ato administrativo praticado sem suporte de uma lei material.”

<sup>8</sup> A proibição da integração de lacunas no domínio dos elementos essenciais dos impostos é fundada no princípio constitucional da legalidade fiscal. Ao exigir que estes elementos constem da lei (parlamentar), obsta a que a administração tributária e o juiz colmate as lacunas. Estas, caso se verifiquem hão-de considerar-se como domínios que o legislador não quis disciplinar, isto é, como lacunas políticas e não como lacunas jurídicas. Assim, NABAIS, Casalta, 2017, *Direito Fiscal*. 10ª ed, 213. Para um estudo mais aprofundado sobre integração de lacunas, v ANDRADE, Manuel de, 1978, *Ensaio sobre a Teoria da Interpretação das Leis*. 8ª ed, 154-164.

<sup>9</sup> Tema aprofundado na nota 7.

<sup>10</sup> A interpretação extensiva ocorre quando o “intérprete chega à conclusão de que a letra do texto fica aquém do espírito da lei, que a fórmula verbal adoptada peca por defeito, pois diz menos do que aquilo que se pretendia dizer.” Pelo que, “Alarga ou estende então o texto, dando-lhe um alcance conforme ao pensamento legislativo, isto é, fazendo corresponder a *letra da lei* ao *espírito da lei*.” MACHADO, B., *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, 2017, 185 e ANDRADE, Manuel de, *cit*, 150-151.

<sup>11</sup> Bastando para a sua existência a verificação de respetivo pressuposto de facto que permite a sua aplicação. DIAS, Sara Veiga, 2017, *Os benefícios fiscais no processo de insolvência e no PER*.

<sup>12</sup> *Idem, Ibidem*, A AT goza de alguma discricionariedade e livre decisão, que, na prática, ultrapassa a simples apreciação probatória e a verificação dos pressupostos que justifiquem a sua aplicação.



casos, efeito meramente declarativo, uma vez que produz efeitos a partir do momento da verificação dos pressupostos<sup>13</sup>.

De acordo com o art 2º nº2 do EBF, os benefícios podem concretizar-se através de isenções, reduções de taxas, deduções à matéria coletável e à coleta, amortizações e depreciações aceleradas e outras medidas fiscais que revistam as características enunciadas no nº1 do mesmo artigo.

Após uma primeira apresentação, no restante trabalho iremos abordar com maior detalhe as isenções no Direito da Insolvência.

## **2. OS BENEFÍCIOS FISCAIS NO DIREITO DA INSOLVÊNCIA**

O Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE)<sup>14</sup>, nos arts 268º, 269º e 270º, consagra benefícios para as sociedades insolventes, no imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC), no imposto de selo (IS) e no imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT)

Mas antes da entrada em vigor deste diploma, os benefícios previstos nos artigos acima mencionados vinham regulados respetivamente nos arts 119º, 120º e 121º do CPEREF, sendo que, o Preâmbulo do diploma que aprovou o CIRE salientou o facto de, no essencial, se manterem os benefícios concedidos no CPEREF.

Conquanto e apesar de o seu teor ser bastante semelhante, essencialmente verificam-se alterações no momento de aplicação<sup>15-16</sup>: O CPEREF era norteado pelo princípio da recuperação da empresa devedora, e caracterizava-se por uma estrutura de natureza bipartida – ou processo de falência ou processo de recuperação da empresa. Portanto, a sociedade comercial passava de imediato para a falência e estando esta declarada, era liquidada, no entanto, caso se pressupusesse que o ente tinha viabilidade, optava pelo processo de recuperação, não deixando de ter como salvaguarda a possibilidade de enveredar pelo processo de falência, num momento posterior e quando a recuperação saísse fracassada. Assim, o âmbito de aplicação das normas do CPEREF abraçava os

---

<sup>13</sup> No mesmo sentido, PAIVA/JANUÁRIO, *cit*, 73 e DIAS, Sara, *cit*.

<sup>14</sup> Doravante, os preceitos desacompanhados do respetivo diploma legal pertencem ao CIRE, salvo se do contexto resultar o contrário.

<sup>15</sup> Citando CARLOS BORGES: O “momento de decisão, se recupero se liquido, passou de um momento anterior a um momento posterior à sentença” que declara a insolvência. *A fiscalidade das sociedades insolventes*. CEJ de 20.5.2016, apresentação de Carlos Alexandre Eira Matos BORGES.

<sup>16</sup> Aos processos de recuperação da empresa e de falência pendentes à data da entrada em vigor do CIRE, aplica-se o regime do CPEREF, cf art 12º do DL nº 53/2004, de 18/03.

casos de recuperação da empresa e excluía os casos de liquidação, pelo que, este diploma só se aplicava na primeira situação.<sup>17</sup>

Todavia, o CIRE trouxe novidades neste campo, por passar a ter como princípio norteador, a satisfação dos credores. É no processo de insolvência, que os credores ditam o rumo a dar à sociedade, podendo optar ou pela recuperação ou pela liquidação, uma vez que, tanto num caso como noutro, a sociedade é declarada insolvente<sup>18</sup>.

Aqui chegados, julgamos que as alterações existentes entre estes dois regimes contribuíram bastante para algumas das controvérsias ora existentes quanto ao âmbito de aplicação dos benefícios em sede do CIRE, como será fácil de ver ao longo do tema<sup>19</sup>.

Concretamente, o art 268º não sofreu alterações substanciais, porque continuou a ter como fim a isenção das mais-valias. Quanto à isenção do art 269º, esta passou a abranger a constituição de várias sociedades. Por sua vez, o art 270º nº1 manteve as isenções do imposto de SISA (atualmente IMT) nos termos referidos no art 121º nº1 do CPEREF, mas retirou do nº2 a expressão “os elementos do ativo e os arrendamentos a longo prazo”, conforme estava estipulado no art 101º nº1 als e), f) e g) do CPEREF.

## 2.1. Âmbito de Aplicação

Não sendo exaustiva a análise dos mecanismos seguinte, há que atender, para o que a este trabalho importa, à análise das implicações que estes trazem face aos benefícios.

---

<sup>17</sup> O CPEREF consagrava a prioridade da recuperação sobre a falência, contudo, esta regra só se justificava se cumprisse o critério da recuperabilidade das empresas, ao qual assentava em dois pressupostos indispensáveis: a viabilidade económica e a suscetibilidade da sua recuperação financeira.: SERRA, C. “Entre o princípio e os princípios da recuperação de empresas (um Work in progress)”, *II Congresso de Direito de Insolvência*. 2014, 71-81.

<sup>18</sup> Na versão inicial do CIRE não era dada preferência à satisfação dos credores, contudo, após a Lei nº 16/2012, de 20.4, passou a resultar do art 1º nº1, que o processo de insolvência tem sempre como finalidade a satisfação dos credores e que essa finalidade norteia todo aquele processo. Assim, MARTINS, Soveral, 2017, *Um Curso de Direito da Insolvência*. 36-37 e LEITÃO, Luís Menezes, 2017, *Direito da Insolvência*. 18.

<sup>19</sup> A diferença entre diplomas era mais evidente com a versão originária do CIRE, mais concretamente nas matérias respeitantes à recuperação de empresa. Neste sentido, FERNANDES, Luís Carvalho/João LABAREDA, 2015, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª ed, 917. Crítica SERRA, Catarina, 2012, *O Regime português da insolvência*. 5ª ed, 22, que a possibilidade que o regime do CIRE dá de optar pela recuperação sem que para tal tenha viabilidade económica, deixa reservas.

## 2.1.1. Mecanismos Judiciais

### 2.1.1.1. Processo Insolvência (PI)

A insolvência é um facto jurídico que retrata a impossibilidade do devedor<sup>20</sup> cumprir as suas obrigações vencidas<sup>21</sup>, ou a manifesta superioridade do passivo em relação ao ativo, avaliados segundo as normas contabilísticas aplicáveis (cf art 3º nº 1 e 2).

Verificada tal situação, a declaração de insolvência pode ser requerida pelo próprio devedor, por qualquer representante legal, por qualquer credor ou pelo Ministério Público.

Apresentado o pedido e deferido liminarmente, advém um processo de execução universal, em que todos os bens da empresa passam a integrar a massa insolvente<sup>22</sup>.

Isto posto, o mecanismo tem como propósito a “satisfação, pela forma mais eficiente possível, dos direitos dos credores” que se concretiza na possibilidade que lhes atribui, de comandar o processo<sup>23</sup>.

Porém, este poder atribuído aos credores não afasta um regime supletivo aconselhado pelo Código, que se traduz na liquidação do património e na consequente repartição do produto obtido por estes.

Em abono da verdade, a leitura do art 192º nº3 não é de todo esclarecedora, e por isso, o Preâmbulo<sup>24</sup> do diploma e a maioria da Doutrina despertam para a leitura atenta e não extrema da norma, retirando dela a verdadeira intenção do legislador, que não é mais do que a vontade dos credores. Deste modo, são os credores que decidem o rumo a dar à sociedade, i.e., o destino que melhor se coaduna com os seus interesses, e não o mais conveniente para a insolvente. Portanto, o regime supletivo – liquidação – só prevalece se, e quando, os credores o assim determinarem<sup>25</sup>.

---

<sup>20</sup> Qualquer pessoa, singular ou coletiva, pode ser declarada insolvente, cf art 2º nº1 al a), tal como, as heranças jacentes, sociedades civis, estabelecimento individual de responsabilidade limitada, entre outras.

<sup>21</sup> Nas palavras de EPIFÂNIO, Maria do Rosário, 2016, *Manual de Direito da Insolvência*. 6ª ed, 22: “a doutrina tem entendido...que a impossibilidade de cumprimento relevante para efeitos de insolvência não tem que dizer respeito a todas as obrigações do devedor.”

<sup>22</sup> “A insolvência constitui...uma *execução genérica e total*, uma vez que abrange todo o património do devedor e não apenas os bens necessários para fazer face a algum ou alguns créditos determinados.” LEITÃO, Luís Menezes, 2017, *Direito da Insolvência*. 7ªed, 18.

<sup>23</sup> Ponto 3 do DP. Citando LEITÃO, Luís, *Direito... cit*, 17: “A insolvência é...uma *execução colectiva*, uma vez que o seu fim é a satisfação dos direitos de todos os credores de um devedor.”

<sup>24</sup> Ponto 6 do DP.

<sup>25</sup> Em comentário à alteração ao art 1º nº1 do CIRE por força da Lei 16/2012, de 20.4, SERRA, C., “Emendas à (lei da insolvência) portuguesa - primeiras impressões, DSRP, ano 4, vol 7, 2012, 117 e MARTINS, Soveral, *cit*, 38, chamam à atenção para a probabilidade de interpretar erradamente essa norma, uma vez que, da leitura pode levar o intérprete a entender pela aplicação obrigatória do plano de recuperação, o que não corresponde à verdade. Citando SERRA, C., *Entre... cit*, 82 “o critério da recuperabilidade é hoje, ...a vontade dos credores.” ... e é a estes que cabe “o poder fundamental de decidir o destino da empresa,

Portanto, os credores podem optar pela imediata liquidação do património, nos termos previstos no Código<sup>26</sup>, ou em alternativa, aprovar<sup>27</sup> um plano de insolvência<sup>28</sup>, que pode visar a recuperação do devedor – plano de recuperação<sup>29</sup> – ou a liquidação da empresa e o pagamento aos credores em termos diferentes das normas supletivas do código<sup>30</sup>.

### 2.1.1.2. Processo Especial de Revitalização (PER)

A empresa<sup>31</sup> que se encontre em situação de pré-insolvência – mais concretamente, em situação económica difícil<sup>32</sup> ou em situação de insolvência meramente iminente<sup>33</sup>, manifesta a sua vontade em conjunto com um credor ou vários credores – que preencha(m) os requisitos do art 17º-C nº1 – junto do Tribunal, a sua intenção de encetar negociações destinadas a reestruturar o passivo da empresa – por ainda ter viabilidade económica – através da aprovação de um plano de recuperação<sup>34</sup>.

---

optando pela recuperação quando - e só quando, a recuperação seja do seu interesse.” No mesmo sentido, EPIFÂNIO, *cit*, 15-16.

<sup>26</sup> Cf art 192º.

<sup>27</sup> No âmbito do processo de insolvência de empresas, o administrador de insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem pelo menos 1/5 dos créditos podem apresentar um plano de insolvência, cf art 193º. Note-se que o plano de insolvência é exclusivo das sociedades comerciais e das pessoas singulares que explorem uma empresa (não pequena). As pessoas singulares que não explorem uma empresa em alternativa podem recorrer ao plano de pagamentos. Para saber mais, v MOUTA, Fátima Pereira, *Plano de Insolvência*, Insolvência Advogados, consul. 22.4.2018 e SERRA, C., “Créditos tributários e princípio da igualdade entre os credores – dois problemas no contexto da insolvência de sociedades”, DSRP, ano 4, vol 8, 2012, 94.

<sup>28</sup> “...O plano de recuperação é o único mecanismo que pode ter como fim a recuperação [cf art 1º nº 1 e art 195º nº 2 al b)].” Assim, SERRA, C., *O Regime... cit*, 33.

<sup>29</sup> O plano de recuperação pode suspender a liquidação da massa insolvente, contudo, nada impede que no mesmo espaço temporal corra a liquidação e se formule um plano de recuperação, cf art 156º nº 3. Para saber mais, LEITÃO, Adelaide Menezes, 2017, *Direito da Insolvência*. 169-170.

<sup>30</sup> Para mais desenvolvimentos, *idem, ibidem, cit*. 168.

<sup>31</sup> O DL nº 79/2017, de 30.6, veio esclarecer que o PER se aplica apenas a empresas, pelo que, as pessoas singulares que não sejam empresárias em nome individual (e as pessoas coletivas sem finalidades lucrativas, tal como as associações, fundações, que se encontrem em situação económica difícil, como forma de evitar a insolvência pessoal), podem recorrer ao processo especial para acordo de pagamento (PEAP), que é um processo destinado a permitir a sua recuperação e reestruturação.

<sup>32</sup> Ao conceito de situação económica difícil prevista no PER, o que releva é a dificuldade no cumprimento da obrigação, e não a viabilidade económica do devedor. Ademais, não se inclui nesta noção caso esteja impossibilitado de cumprir com a generalidade das suas obrigações, pelo que constitui “um estágio necessariamente anterior ao da insolvência iminente e ao da insolvência actual” (cf art 17º-B). (CASANOVA/DINIS, 2014, *O Processo Especial de Revitalização*. 22.)

<sup>33</sup> A insolvência iminente não está expressamente definida na lei, mas segundo a Doutrina e a jurisprudência, é a situação em que o devedor, antes das obrigações se vencerem, antecipa a impossibilidade de as cumprir num futuro próximo. SERRA, C., *O Regime... cit*, 176-177 e EPIFÂNIO, *cit*, 25-26.

<sup>34</sup> Nas palavras de MOUTA, *cit*, “O plano de recuperação é aplicável não só no âmbito do Processo Especial de Revitalização como também no âmbito do processo de insolvência. Com efeito, tanto num processo como noutro é possível iniciar conversações com os credores com vista à aceitação de um plano de recuperação que preveja a recuperação económica do devedor.” “O PER é um processo pré-insolvencial, cuja maior vantagem é a possibilidade de o devedor obter um plano de recuperação sem ser declarado insolvente. O maior risco é o de, depois de tudo, o devedor não conseguir evitar a declaração de insolvência.” SERRA, C., *O Regime... cit*, 175-176.

Após ser homologado judicialmente o plano de recuperação, este vincula todos os credores, incluindo os que não tenham participado nas negociações<sup>35</sup>, e confere à empresa a possibilidade de continuar a exercer a sua atividade económica, cf art 17º-F nº10.

## **2.1.2. Mecanismos Extrajudiciais**

### **2.1.2.1. Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE)**

O RERE<sup>36</sup> é um instrumento através do qual um devedor, que se encontre em situação económica difícil ou de insolvência iminente, pode encetar negociações com todos ou alguns dos seus credores, com vista a alcançar um acordo, cf art 3º nº1 al b) do RERE.

Aplica-se às entidades compreendidas nas als a) a h) do nº1 do art 2º, excetuando-se as pessoas singulares que não sejam titulares de empresas, por força do art 3º nº1 al a) do RERE.

É um procedimento voluntário e, por isso, a participação nas negociações e no acordo de reestruturação são livremente fixadas pelas partes, devendo compreender medidas que sejam comprovadamente aptas a contribuir para a recuperação do devedor<sup>37</sup>.

Ademais, o acordo de reestruturação apenas afeta os direitos de créditos de que sejam titulares os credores que o subscreveram, sendo, em regra, confidencial (art 8º nº1), excetuando-se os casos em que é necessário conhecer do conteúdo para efeitos de suspensão de processos judiciais, cf arts 8º nº 2 e 11º do RERE.

Admite a possibilidade de iniciar um PER com vista à homologação judicial do acordo de reestruturação, nos casos em que o acordo seja subscrito por credores que representem as maiorias previstas no artigo 17º- I, nos termos do art 29º do RERE.

Nos termos do art 27º nº 1 do RERE são aplicáveis nesta sede os benefícios dos arts 268º a 270º, e permite à empresa, através do acordo extrajudicial, beneficiar das mesmas condições fiscais que podia beneficiar num acordo pela via judicial, com uma imposição: a previsão no acordo de reestruturação dos créditos correspondentes a, pelo menos, 30 % do total do passivo não subordinado do devedor<sup>38</sup>, sendo que os titulares dos créditos subordinados (arts 48º e 49º)<sup>39</sup> e o devedor em relação a tais créditos, só podem beneficiar

---

<sup>35</sup> Para mais desenvolvimentos, SERRA, C., “Emendas...”*cit*, 127.

<sup>36</sup> Lei nº 8/2018 de 2.3.

<sup>37</sup> Nos termos dos arts 4º, 5º, 14º, 19º a 30º do RERE.

<sup>38</sup> Esta condição deve ser objeto de certificação por um ROC nos termos do art 27º nº3 do RERE. Para saber mais, Serra, C., 2018, *Lições de Direito da Insolvência*. 522.

<sup>39</sup> Créditos cujo pagamento só tem lugar depois de integralmente satisfeitos os credores comuns. Assim, EPIFÂNIO, *cit*, 243.

destes efeitos fiscais após autorização específica da AT, a pedido do credor ou do devedor, cf art 27º nº 3. Não obstante ser exigido 30% do total do passivo subordinado do devedor, esta condição pode ser ultrapassada se alguma das partes subscritoras do acordo de reestruturação requerer à AT e esta aceitar que o mesmo produza os efeitos previstos no nº1. (cf art 27º nº2).

### 3. A INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS LEGAIS

#### 3.1. Orientações Administrativas<sup>40</sup>

O procedimento das orientações administrativas (OA)<sup>41-42</sup> (cf arts 68-A da LGT, 55º e 56º do CPPT) inicia-se por iniciativa da AT<sup>43</sup> e destina-se aos funcionários hierarquicamente dependentes, na medida em que lhes concede a sua interpretação lei, com fim à aplicação da mesma nesse sentido<sup>44</sup>. Estas orientações são gerais e abstratas, autovinculam e produzem efeitos apenas internamente. Assim sendo, os sujeitos passivos (contribuintes) não são destinatários deste procedimento e não devem obediência às orientações da AT<sup>45</sup>.

---

<sup>40</sup> A expressão “orientações administrativas” é uma de tantas outras designações dadas para o mesmo conceito. GAMA, João, *Estudos em Memória do Prof. Doutor J.L. Saldanha Sanches*, 2011, *Direito Fiscal: Parte Geral*. vol III, 161. opta por intitular “orientações genéricas” como forma de abranger todos os atos da Administração tributária, excetuando, entre outras, as informações vinculativas.

<sup>41</sup> Nos termos do nº3 do art 55º do CPPT, as orientações genéricas devem constar de circulares, contudo, para SOUSA, Jorge de, 2011, *Código de Procedimento e de Processo Tributário Anotado e Comentado*. 6ªed, vol I, Anotado e Comentado, 492, é indiferente o meio através do qual se apresenta orientações genéricas, uma vez que a partir do momento em que elas existem, vinculam os serviços administrativos e os contribuintes, por conseguinte, terão o direito a que elas se cumpram. GAMA, *cit*, nota 11 acautela para a forma como “os problemas da fixidez e infixidez terminológica são antigos e podem levar a uma menor proteção dos contribuintes”. Sobre as várias formas de se classificar as orientações administrativas: NABAIS, *Direito... cit*, 196-197.

<sup>42</sup> A função das OA consiste em “conseguir uma resolução rápida e uniforme de questões que se anunciam como repetitivas, segundo uma linha – ou uma directiva formulada em termos gerais - que é traçada superiormente” sendo “essencialmente uma forma de programação da actividade administrativa” tratando-se “de assegurar uma decisão rápida, dentro de um tempo útil para a realização dos fins contidos na lei.” SANCHES, J. L. Saldanha, 2000, *Quantificação da Obrigação Tributária: Deveres de Cooperação, Auto-Avaliação e Avaliação Administrativa*. Tese de Doutoramento, 156.

<sup>43</sup> A autoridade tributária e aduaneira (AT) integra a administração tributária, por força do nº3 do art 1º da LGT. Para saber mais sobre a sua organização, v MACHADO, Jónatas / Paulo da COSTA, 2016, *Manual de Direito Fiscal*. 471-475.

<sup>44</sup> Para GAMA, *cit*, 162. as orientações genéricas têm um conteúdo normativo, são verdadeiras normas jurídicas.

<sup>45</sup> Por não serem atos legislativos (art 112º nº1 da CRP) não dependem de publicação no Diário da República (art 1º e 2º da Lei nº 74/98 de 11.11) e não são de conhecimento obrigatório dos contribuintes. A este propósito, NABAIS, *Direito... cit*, 196-197 admite que as orientações administrativas têm como destinatários apenas a AT e só os órgãos hierarquicamente abaixo do órgão autor dos mesmos lhes deve obediência. Contudo, os contribuintes têm interesse prático de as conhecer, já que é segundo os critérios neles definidos que “ou as acatam ou impugnem os atos praticados com base nelas.” Para GAMA, *cit*, 158-159, as orientações genéricas têm eficácia externa, na medida da sua força própria, tendo efeitos muito próximos e intensos na vida do contribuinte.

Consequentemente, quando afetada a sua esfera jurídica, é legal e constitucionalmente (art 268º nº4 CRP) admitido que a impugnem judicialmente<sup>46</sup>.

Assim, quando surge um novo regime, com normas pouco claras, a AT, oficiosamente, divulga o sentido que lhe dá através das OA, com vista a evitar interpretação diversa por parte dos contribuintes, mas principalmente para uniformizar e orientar a interpretação e auxiliar os “funcionários que não são técnicos de interpretação da lei”<sup>47</sup>, potenciando, assim, a certeza e segurança das normas jurídicas.

A nosso ver, os contribuintes são indiretamente afetados por este procedimento, mas não devem obediência às OA da AT, dado que, *a priori* conhecem a sua interpretação e a possibilidade da sua aplicação ao caso concreto, mas sobre tal decisão concretamente verificada, podem reagir. Por isso, podemos dizer que tanto para o bem como para o mal, o contribuinte, pelo menos, está informado.

### 3.2. Informações Vinculativas

O fenómeno das Informações vinculativas (IV) no quadro do ordenamento jurídico-tributário português, tal como nas OA, não delimita um conceito expresso, mas sim os elementos estruturais do procedimento, cf art 68º nº1 da LGT.

O sujeito passivo neste procedimento é a Administração Tributária, a quem é dirigido o pedido de emissão de IV. A resposta a este pedido reproduz a sua tomada de posição quanto à questão de direito colocada pelo requerente e constitui uma declaração unilateral, emitida por um dos seus órgãos e praticada sem concurso de vontade do requerente.

De facto, a legitimidade para desencadear o procedimento pertence ao destinatário da IV, por força do direito que lhe assiste de ser informado sobre a interpretação que a AT faz de uma determinada norma<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> Se o fundamento da impugnação judicial for exclusivamente de direito e a autoliquidação tiver sido efetuada de acordo com as orientações genéricas emitidas pela administração tributária, a impugnação judicial não depende de reclamação graciosa, que caso contrário, seria obrigatória (art 131º nºs 1 e 3 do CPPT), devendo ser apresentada no prazo geral previsto no art 102º do CPPT. Assim, CATARINO, João Ricardo/Vasco Branco GUIMARÃES, 2017, *Lições de Fiscalidade*. vol I Princípios Gerais e Fiscalidade Interna, 5ª ed, 556-557 e Ac STA de 31.5.2006 (ALMEIDA LOPES).

<sup>47</sup> V GAMA, *cit*, 165.

<sup>48</sup> O procedimento provocado pelo PIV “tem como objetivo facilitar o cumprimento das obrigações tributárias, em face da abundância legislativa e regulamentar neste campo, e procura facultar aos contribuintes um meio expedito e eficaz de prestação de informações. Sob este ponto de vista, pode-se até afirmar que este procedimento mais não é do que uma densificação (adjetiva) do direito à informação, enquanto garantia dos contribuintes.” A este propósito, leia-se ROCHA, Joaquim Freitas da, 2018, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, 6ª ed, 177.

Esse instrumento legal permite ao contribuinte antever as consequências fiscais de um negócio projetado, para que, posteriormente, possa avançar com maior certeza e segurança jurídica.<sup>49</sup>

Embora seja o contribuinte a apresentar o quadro factual a analisar, este não fica vinculado ao teor da informação<sup>50</sup>, ao invés, a AT não pode tomar decisão diversa daquela que emitiu, em questões similares<sup>51</sup>.

Por último, se a Administração Tributária apreciar três, ou mais, Pedidos de Informação Vinculativa (PIV) no mesmo sentido, ou seja previsível que o venha a fazer, o legislador recomenda que a mesma proceda à conversão das IV em OA, por força do art 68º-A nº3 da LGT<sup>52</sup>.

#### **4. EM SEDE DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS COLETIVAS (IRC)**

O IRC é o imposto que incide sobre o rendimento das pessoas coletivas<sup>53</sup> e abrange a globalidade dos rendimentos obtidos por residentes, bem como os rendimentos obtidos em Portugal por não residentes<sup>54</sup>, e o lucro é a base de tributação.

Entre o sujeito ativo – entidade pública, titular do direito de exigir o cumprimento da obrigação tributária – e o sujeito passivo – a pessoa coletiva, que se constitui como obrigado tributário e a quem cabe o pagamento do tributo, existe uma relação jurídica.

---

<sup>49</sup> “Ao permitir uma discussão prévia da lei tributária, o mecanismo da informação vinculativa opera como filtro pré-judicial, serve à prevenção de conflitos que de outro modo iriam sobrecarregar o contribuinte, os serviços e os Tribunais.” Assim, TCA Sul de 22.11.2011 (JOAQUIM CONDESSO).

<sup>50</sup> Nada obsta a que o contribuinte, após a apreciação do caso concreto efetuada pela AT, aja em sentido contrário, mas é expectável, e uma desvantagem deste instrumento, que a sua situação seja agravada, uma vez que fica claramente mais exposto a uma eventual ação inspetiva, não se verificando possível, nesse caso concreto, uma futura alegação de uma conduta de boa-fé. V Ernest & Young, S.A., 2013, *O Novo IRC*. 148.

<sup>51</sup> Se a AT atuar em sentido divergente a uma IV anteriormente prestada, pode ser condenado em sanção pecuniária compulsória. Veja-se, Ac STA de 21.11.2012 (CASIMIRO GONÇALVES). Ao invés, para EY, *O Novo... cit*, 147: “Ainda que a informação vinculativa prestada pelo contribuintes só vincule a Autoridade Tributária no caso concreto em que o PIV é submetido, não constituindo qualquer tipo de precedente na análise futura de questões análogas, a verdade é que, futuras decisões sobre o mesmo caso ou objeto tenderão a ser concluídas no mesmo sentido das primeiras, procurando a Autoridade Tributária plasmar nas suas decisões o princípio constitucional da igualdade, tratando o igual como igual (cf art 13º e nº2 do art 266º da Constituição da República Portuguesa).”

<sup>52</sup> Assim, SILVA, *cit*, 171.

<sup>53</sup> De entre os vários sujeitos passivos enunciados no art 2º do CIRC, o presente estudo somente se debruçará sobre as sociedades comerciais.

<sup>54</sup> O imposto a pagar em sede de IRC tem como base os dados fornecidos pelos contribuintes à AT na declaração anual de rendimentos. São também sujeitos passivos de IRC as pessoas coletivas não residentes com ou sem estabelecimento estável em território Português, quando exercem a sua atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola no território nacional. Neste sentido, DINIS, Ana Arromba/Cidália LOPES, 2017, *A Fiscalidade das Sociedades Insolventes*. 2ªed, 58.



Dessa relação, é exigida, à sociedade comercial, a obrigação principal de pagar o montante de imposto apurado no ato de liquidação, mesmo quando se encontra insolvente. Portanto, esta continua vinculada à entrega da declaração anual de rendimentos até à data do registo de encerramento da liquidação, cf nº 2 do art 160º do CSC<sup>55</sup>.

Mas nem tudo continua igual depois de ser declarada insolvente, pois, da atual redação do art 268º nº1 resulta a isenção de tributação de IRC dos rendimentos e ganhos apurados (cf art 20º do CIRC) e das variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido (cf art 21º nº1 do CIRC)<sup>56</sup>, verificadas por efeito da dação em cumprimento de bens e direitos do devedor, da cessão de bens e direitos dos credores e da venda de bens e direitos, em processo de insolvência que prossiga para liquidação.

Ademais, por força do nº2, não entram para a formação da matéria coletável do devedor, as variações patrimoniais positivas resultantes das alterações das suas dívidas previstas em plano de insolvência, plano de pagamentos ou plano de recuperação.

Já o nº 3 determina que o valor dos créditos que for objeto de redução, ao abrigo dos planos, é considerado como custo ou perda do respetivo exercício para efeitos de apuramento do lucro tributável dos sujeitos passivos do IRC<sup>57</sup>.

Posto isto, se o titular do benefício nos nºs 1 e 2 é o devedor (na medida em que os rendimentos e ganhos e as variações patrimoniais positivas deixam de contar para a formação da matéria coletável), já no nº3 é o credor<sup>58</sup>, dado que, o legislador de forma a estimular este último a aprovar a redução de crédito (cf art 196º nº1 al a)) no plano homologado, consagrou a dedução fiscal de custos ou perdas. No fundo, o benefício existe porque os custos ou perdas nem sempre concorrem para a formação do lucro tributável, e por conseguinte, não são fiscalmente dedutíveis, e só o são quando circunscrita aos vários requisitos do art 23º do CIRC. Mas há mais, não sendo expreso o conceito de custo ou perda, é frágil a linha que separa os custos ou perdas que concorrem para a

---

<sup>55</sup> A AT esclareceu no Ofício Circulado de 5.3.2002 a data em que ocorre a cessação da atividade para efeitos de IRC.

<sup>56</sup> Veja-se ALMEIDA, Luís Chaves, “nota sobre as variações patrimoniais positivas e negativas do Código do IRC”, *revista Fisco*, nº4, Janeiro, 1989, 22-23 e GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha, “as variações patrimoniais (POC e CIRC)”, *Jornal de contabilidade da APOTEC*, nº208, jul, 1994, 169-177.

<sup>57</sup> Entendem-se por “custos para efeitos fiscais todos os custos contabilísticos suportados pelas empresas e indispensáveis para a realização dos proveitos ou ganhos sujeitos a imposto ou para a manutenção da fonte produtora, como é o caso, por exemplo, das remunerações a pessoal”. Assim, AMORIM, José de Campos, “os custos dedutíveis para efeitos de IRC”, *Fiscalidade - Revista de Direito e Gestão Fiscal*, out/dez, nº32, 2007, 22.

<sup>58</sup> Neste sentido, FERNANDES/LABAREDA, *cit*, 918.

formação do lucro tributável e os que não concorrem<sup>59</sup>. Portanto, a lei consagra expressamente um tratamento mais favorável aos credores quando estes decidem pela redução do crédito, na medida em que, por força da lei, o valor da redução é dedutível. Por fim, estes são verdadeiros créditos incobráveis, com uma diferença, de o serem por opção do credor<sup>60</sup>.

Na verdade, a disposição legal nem sempre foi a que acabamos de explicar, pelo que, daqui em diante vamos percorrer as divergências existentes.

#### **4.1.Mais – Valias**

As mais-valias são ganhos (art 20º nº 1 al h) do CIRC) obtidos com a alienação onerosa dos bens que não se destinam a ser transacionados ou consumidos no quadro da atividade normal da empresa, e são determinadas pela diferença entre o valor de realização, líquido dos encargos que lhe sejam inerentes, e o valor de aquisição deduzido das perdas por imparidade, bem como das depreciações ou amortizações aceites fiscalmente, conforme previsto no nº 2 do art 46º do CIRC.

A mais-valia pode provir da transmissão do imóvel por força do valor excedente, realizado, em virtude da prestação de coisa diversa da obrigação, com o acordo do credor – Dação em cumprimento (cf art 837º do CC)<sup>61-62</sup>, da liquidação do património ou de parte dele, corporizada pelos credores da sociedade – cessão de bens aos credores (cf art 831º do CC)<sup>63</sup>, ainda pelas variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado

---

<sup>59</sup> O conceito de custo fiscalmente dedutível apresenta um certo grau de indeterminabilidade, pelo que, a sua concretização muitas vezes poderá ser levada a cabo pela AT, e por conseguinte pelos tribunais, no sentido de corrigir a interpretação feita por esta. V AMORIM, *cit*, 24-26.

<sup>60</sup> DIAS, Sara, *cit*.

<sup>61</sup> Para a imediata exoneração do devedor de uma obrigação, não se exige equivalência entre o objeto prestado e o devido, nem se exige que seja de igual valor, pois pode ser superior ou inferior, o que se exige para a desoneração é o consentimento do credor, expresso ou tácito. Para mais desenvolvimento sobre dação em cumprimento, v SERRA, Vaz, “Do cumprimento como modo de extinção da obrigação”, *BMJ*, nº34, 1953, 5-212; PROENÇA, Brandão, 2011, *Lições de Cumprimento e Não Cumprimento das Obrigações*. 33-41 e ALVES, Hugo Ramos, 2017, *Dação em cumprimento*: Tese de doutoramento, 505-510.

<sup>62</sup> No Ac STA de 28.4.2010, (MIRANDA DE PACHECO) decidiram pela isenção de tributo, dado que, com a dação em cumprimento não se obtém qualquer ganho do qual se possa retirar, concretamente, uma parte para o pagamento do imposto. Em sentido contrário, decidiu o Ac TRP de 14.12.2006 (DEOLINDA VARÃO), poste que, a transmissão da propriedade do bem do devedor para o credor, extingue o crédito a título oneroso.

<sup>63</sup> A cessão de bens aos credores trata-se de um instituto em que a propriedade sobre os bens do devedor não é transmitida para os credores, porquanto são atribuídos a estes poderes para administrar e alienar esses bens - atuando em nome próprio e no seu próprio interesse - sendo que, com o produto da venda dos bens, podem satisfazer os seus créditos. Além do mais, permite satisfazer o interesse creditório de forma mais expedita, uma vez que não é necessário a intermediação de um juiz. Nos termos do art 831º CC, a cessão dos bens aos credores, pode consistir em todo o património do devedor ou apenas parte dele, o que implica que o objeto do negócio terá de corresponder a uma universidade patrimonial e não a bens determinados. Assim, ALVES, *cit*, 205-226 e LEITÃO, Luís Menezes, 2016, *Cessão de Créditos*. 288-291.

líquido do exercício e as resultantes das alterações das suas dívidas<sup>64</sup>, e por fim, as resultantes da venda de bens imóveis da massa insolvente potenciada pelo AI.

#### **4.1.1. A redação inicial do art 268º <sup>65</sup> e a sua evolução**

Primordialmente, o legislador isentava de tributação as mais-valias decorrentes da dação em cumprimento de bens do devedor e da cessão de bens aos credores, mas não determinava o âmbito de aplicação. A mesma isenção aplicava-se às variações patrimoniais positivas resultantes das alterações das dívidas do devedor, mas esta circunscrita ao plano de insolvência e ao plano de pagamentos.

Sucede que, a Lei nº 16/2012, de 20 de abril instituiu o PER e por corolário, a LOE para o ano de 2013<sup>66</sup> acrescentou ao âmbito dos nºs 2 e 3 do art 268º, o plano de recuperação. Porém, o nº1 do preceito não sofreu quaisquer alterações e a dúvida quanto a saber se se aplicava só aos casos de manutenção ou só aos casos de liquidação, ou se se aplicava a ambos<sup>67</sup>, permaneceu.

A nosso ver, o nº1 era uma porta aberta que não fechava por culpa do seu criador, e que não tinha compostura por força dos arranjos dúbios que outros lhe tinham feito.

Deste preceito, a AT manifestou-se, desde sempre, no sentido de isentar os mecanismos que potenciam a manutenção da sociedade, mas na ótica de algum dos autores, essa não era a melhor solução<sup>68</sup>.

De modo propício, a LOE para 2018<sup>69</sup> alterou a redação do nº1 do art 268º: estendeu a isenção aos ganhos e rendimentos apurados (art 20º do CIRC) e às variações patrimoniais não refletidas no resultado líquido e não só às mais-valias (art 20º do CIRC); admitiu a isenção quando decorra da dação ou cessão de direitos; sob a condição de se encontrar em processo de insolvência, com vista à liquidação.

Assim, a sociedade comercial que prossiga para um dos planos de recuperação - do processo de insolvência ou do PER, cf 192º nº3 – ou para o acordo de reestruturação do RERE não fica isenta de tributo, na medida em que sobre ela reside o propósito da recuperação. Pelo contrário, beneficiário desta norma parece ficar um eventual plano de

---

<sup>64</sup> Por força do art 5º só é suscetível de encargo fiscal e por conseguinte, de isenção as alterações de dívidas no quadro de uma atividade empresarial. *V FERNANDES / LABAREDA, cit*, 917

<sup>65</sup> Aprovado pelo DL nº 53/2004 de 18.3.

<sup>66</sup> Previsto na Lei nº 66-B/2012 de 31.12.

<sup>67</sup> Como já vimos anteriormente, no CPEREF a falência era efetivamente o momento da liquidação da empresa, tirando algumas exceções, pelo que era um regime mais lógico.

<sup>68</sup> Neste sentido, DINIS / LOPES, *cit*, 123 e DIAS, Sara, *cit*.

<sup>69</sup> Concrecionado pela Lei nº 114/2017 de 29.12.

insolvência (uma via alternativa de liquidação), que também poderá redundar na continuação da empresa devedora, por recurso ao mecanismo de saneamento por transmissão.

#### **4.1.2. Alienação da massa insolvente pelo AI**

Mas as controvérsias não ficaram por aqui, uma vez que também as houve quanto à isenção de mais-valias resultantes da venda de bens imóveis da massa insolvente pelo AI<sup>70</sup>, por ser omissa a sua previsão.

Por um lado, a AT acolheu o entendimento segundo o qual, a venda potenciada pelo AI no âmbito do processo de insolvência, do qual resulte ganhos de natureza monetária é sujeito a IRC<sup>71</sup>, dado que, a *ratio* da isenção de tributo reside num decréscimo do património do insolvente<sup>72</sup>.

Desta maneira, os serviços administrativos tributavam como rendimentos as mais-valias fruto da venda de bens do ativo imobilizado da empresa insolvente, o que fomentou liquidações adicionais.

A este respeito, foi predominante nas sentenças dos Tribunais Administrativos e Fiscais (TAF) a fundamentação em sentido contrário ao explanado pela AT. Não obstante as decisões reiteradas, a Fazenda Pública sempre recorreu para os Tribunais Superiores. Verifica-se que, quase de forma unânime, o Supremo Tribunal Administrativo (STA) confirmou as decisões recorridas, com idêntico fundamentando.

Admitiu a inconstitucionalidade da tributação das mais-valias decorrentes da venda dos ativos imobilizados<sup>73</sup>, posto que, com declaração de insolvência, todos os bens da sociedade comercial são apreendidos e integrados num património autónomo, que não

---

<sup>70</sup> Salvo disposição em contrário, tal como nos arts 260º e 270º, a liquidação é da competência do AI (cf art 55º nº1 al a). Assim, EPIFÂNIO, *cit*, 260.

<sup>71</sup> Em sede de IRS, a AT também adotou uma interpretação literal do art 268º. *V* IV nº 5957 (2010).

<sup>72</sup> Citando uma das conclusões formuladas pela Fazenda Pública descrita no Ac STA de 29.10.2003 (BRANDÃO DE PINHO) “ não é o facto de se tratar de uma execução universal de bens e se estar em presença de uma situação económica altamente deficitária que impede que se verifiquem, ora ganhos fortuitos e inesperados durante o período de liquidação, ora vendas de bens por valores impensáveis, aquando da avaliação prévia, que podem não só solver as dívidas como gerar sobras, incrementos patrimoniais esses para os quais nenhuma razão subsiste para se furtarem a tributação em sede de IRC.” Na Doutrina, e mais concretamente, para FERNANDES/LABAREDA, *Código... cit*, 917, o beneficiário fiscal do nº1 do art 268º é o próprio devedor, pelo que, se no âmbito da dação em cumprimento, o devedor receber ainda alguma coisa do credor, e se corresponder a uma mais-valia efetiva, é passível de imposto. Contudo, a mais-valia a que apenas corresponde diminuição do passivo, mas não também a que gera aumento do ativo é suscetível de isenção.

<sup>73</sup> *V* Ac STA de 8.11.2017 (DULCE NETO), ao contrário do invocado pela AT, a isenção prevista no art 268º não significa que as meras operações de liquidação da massa estejam sujeitas a tributação, mas antes que algumas das operações económicas realizadas pela massa insolvente estão isentas, pois, o contrário seria até inconstitucional por admitir a tributação de lucros, reais ou presumidos, arts 103º nº3 e 104º nº4 da CRP

exerce uma atividade económica, nem tem espoco lucrativo, pelo que, também não tem lucro a tributar: a massa insolvente<sup>74</sup>.

Posto isto, julgamos indiscutível que o efeito que se pretende com a venda dos bens da massa insolvente é equiparável ao efeito esperado com a dação em cumprimento e a cessão de bens aos credores - a satisfação dos credores da sociedade insolvente-, motivo pelo qual, não vemos justificação para tributar as mais-valias decorrentes da venda de bens da massa pelo AI.

Por fim, a LOE para 2018 acrescentou à redação atual do nº 1 a isenção de mais-valias resultantes da venda de bens e direitos.

Assim, termina a controvérsia que durante largos anos perdurou. Mas, julgamos que outros conflitos poderão potenciar-se, visto que não existe lei interpretativa fiscal que determine o sentido da norma e a aplicação da lei no tempo, pergunta-se quem está abrangido pela nova redação do nº 1 do art 268º. Fica a questão!

## **5. EM SEDE DE IMPOSTO DE SELO (IS)**

O IS incide sobre uma multiplicidade de factos ou atos, tais como contratos, títulos, livros, papéis e outros factos ou situações jurídicas, previstos na TGIS (Tabela Geral do Imposto de selo, como estabelece o art 1º do CIS (Código do Imposto Selo), sem um fio condutor que lhes confira identidade, sendo o sujeito passivo que tem o dever jurídico de entregar o tributo ao Estado diferente do contribuinte que o suporta economicamente<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> A venda que tem lugar na fase de liquidação do ativo de empresa insolvente não é uma venda de bens do seu ativo imobilizado, mas a venda de bens de um património autónomo - a massa insolvente – que não é suscetível de tributação, porque não exerce uma atividade económica, não tem facto tributário (lucro) e não é um sujeito passivo de IRC. Assim, as regras de tributação previstas nos arts 73º a 78º do CIRC só se aplicam quando se verifica atividade económica. Neste sentido, na jurisprudência, Acs STA de 29.10.2003 (BRANDÃO DE PINHO), de 24.2.2011 (DULCE NETO) e de 8.11.2017 (DULCE NETO), na Doutrina, DINIS/LOPES, *cit*, 147. Sobre a natureza jurídica da massa insolvência, v SANTIAGO, Bruno/ Beatriz Capelo GIL, “A responsabilidade pelo imposto devido na liquidação dos bens que integram a massa insolvente”, CJT - CEJUR, nº 13, art 3, jul/ago/set, 2016, 3 e TIAGO, Filomena, 2012, “A empresa insolvente mantém a personalidade tributária”, Vida Económica.

<sup>75</sup> A AT defende que o universo subjetivo dos destinatários da isenção não se limita aos credores da empresa, e que as isenções em causa aplicam-se, porque a lei não diferencia, independentemente de quem seja o sujeito passivo do imposto: a entidade devedora, os seus credores ou alguns deles ou terceiros. V Pa nº 166 (2008); Ainda sobre o sujeito passivo de imposto, FERNANDES/LABAREDA, *cit*, 919.

O art 269º isenta da tributação em IS esta multiplicidade de factos ou atos quando praticados em plano de insolvência, de pagamentos ou de recuperação<sup>76</sup> ou no âmbito da liquidação da massa insolvente<sup>77</sup>, como veremos em pormenor daqui em diante.

### **5.1.A Alínea a) e a Interpretação da AT**

Nos termos da al a) estão isentas de IS as modificações de prazos de vencimento ou das taxas de juros dos créditos sobre a insolvência. Deste preceito, entende a AT que os juros remuneratórios devidos por financiamentos modificados ou concedidos na sequência de um plano de recuperação, aprovado no âmbito do PER, não beneficiam da isenção do IS em resultado da prorrogação dos prazos de vencimento das operações de créditos detidos por uma instituição de crédito sobre a insolvente, por serem autónomos da obrigação de capital que está enquadrada na norma de isenção do IS<sup>78</sup>.

### **5.2.A Discordância de Diplomas**

De seguida, do confronto da al “b) os aumentos de capital, as conversões de créditos em capital e as alienações de capital” e a da al. “c) constituição de nova sociedade ou sociedades” do CIRE com as verbas 26.3 e 26.1 respetivamente previstas na TGIS, é notório que o primeiro diploma não acompanhou a evolução legislativa, quando as verba 26 da TGIS foi revogada pelo nº2 do art 99º da Lei 3-B/2010 de 28 de Abril<sup>79</sup>, contanto que, o CIRE continuou a prever a isenção a atos não tributados em IS. Esta desconcordância foi parcialmente regularizada, aquando a LOE para 2018, que revogou a al. b), mas manteve a c)<sup>80</sup>. Esta discordância, a nosso ver, não é mais do que um lapso do sistema, por força da elaboração da lei a várias mãos.

---

<sup>76</sup> Antes da Lei nº 66-B/2012 de 31.12 a isenção ao IS não era extensível aos planos de recuperação aprovados e homologados em sede de processo de revitalização.

<sup>77</sup> Esta norma também isenta atos deles decorrentes, como seja o caso da emissão de letras ou livranças, que os credores podem exigir.: FERNANDES/LABAREDA, *cit*, 918

<sup>78</sup> V IV nº 6544 (2014): A interpretação da AT veio no sentido de um PIV apresentado por uma instituição de crédito, por prever, o legislador, na parte final da verba 17.1 da TGIS, sempre, nova operação, a prorrogação do prazo do contrato, ocorrendo novo facto gerador do imposto, com emergência desta nova concessão. No entendimento da AT, apesar da relação intrínseca entre os juros remuneratórios e a obrigação de capital respetiva, por força do princípio da autonomia, não é pelo facto da obrigação de capital estar isenta de IS, que os respetivos juros poderão aproveitar dessa mesma isenção.

<sup>79</sup> A verba 26 da TGIS foi considerada ilegal por contrariar o Direito Comunitário, nomeadamente a Diretiva 69/355/CEE, uma vez que, os EM estão obrigados a isentarem de imposto as operações sobre entrada de capital. Esse entendimento foi seguido pelo TJCE (atual TJUE) no Acs de 21.3.2001 (E. JUHÁSZ) e de 21.6.2007 (R.SCHINTGEN). A revogação da verba 26 por força do OE para 2010 findou as constantes disputas da SONAE e da Optimus contra o Governo.

<sup>80</sup> Neste sentido, DIAS, Sara, *cit*.

### 5.3.O Sentido Útil da Alínea d) e da Alínea e)

Estão igualmente isentas de IS, a dação em cumprimento de bens da empresa e a cessão de bens aos credores, cf al d).

A al e), por sua vez, isenta deste tributo a “realização de operações de financiamento, o trespasse<sup>81</sup> ou a cessão da exploração de estabelecimentos da empresa, a constituição de sociedades e a transferência de estabelecimentos comerciais, a venda, permuta ou cessão de elementos do activo da empresa, bem como a locação de bens”.

Quando levantaram dúvidas no regime de reconhecimento das isenções da al. e), a AT emitiu parecer no sentido da integração analógica da solução aplicável em sede de IMT, por entender não existir uma verdadeira lacuna, mas antes, uma previsão legal no art 8º nº1 do EBF, que caracteriza de automáticos, todos os benefícios e por conseguinte, de aplicação direta e imediata<sup>82</sup>.

Da parte final da norma legal, que se refere à venda, permuta ou cessão dos elementos do ativo da empresa, entende a AT, ser essa uma hipótese distinta da transmissão da globalidade do estabelecimento através do trespasse, pelo que, ao contrário da primeira, é tributada pela verba 1.1 da TGIS<sup>83</sup>.

De resto, a isenção não é aplicável quando o insolvente não é empresa ou, posto ser empresário individual<sup>84</sup>, os bens imóveis vendidos, permutados ou cedidos não integrem o ativo da empresa de que é titular e quando os bens imóveis vendidos integrem o ativo do locatário financeiro imobiliário.

Por fim, para a AT, a razão da isenção expressa da venda, permuta ou cessão de elementos do ativo de empresa em alínea diferente da dação em cumprimento e da cessão de bens aos credores, só pode significar a distinção de destinatários, já que, a isenção da al e) tem um universo subjetivo de destinatários, que não se limita aos credores da empresa, enquanto, a al d), se dirige exclusivamente a estes<sup>85</sup>.

---

<sup>81</sup> Sobre o Trespasse de estabelecimento e a tributação em sede de IS e de IVA, v SANCHES, J.L Saldanha/ Manuel TORRES, “A incidência de selo sobre o trespasse.” *Fiscalidade - Revista de Direito e Gestão Fiscal*, out/dez, nº 32, 2007, 5-13.

<sup>82</sup> V Pa nº 166 (2008).

<sup>83</sup> DINIS/LOPES, *cit*, 127 não compreendem o objetivo do legislador quando isenta de tributo a venda de elemento do ativo da empresa e a transmissão da globalidade do estabelecimento em sede de IS, mas tributa a transmissão da globalidade do estabelecimento em sede de IMT.

<sup>84</sup> Não é subsumível na previsão da al e) do art 269º a venda de um bem imóvel, que não pertence a uma empresa nem está destinado ao exercício de atividade empresarial alguma, mas que é propriedade de uma pessoa singular e com destino a habitação. Assim, Ac STA de 25.9.2013 (FRANCISCO ROTHES).

<sup>85</sup> V Pa nº 166 (2008).

#### 5.4.A Tão Esperada Alínea g) e as Garantias das Obrigações

Resulta da análise do preceituado na verba 10 da TGIS, que as garantias das obrigações<sup>86</sup> estão sujeitas a IS, exceto se materialmente acessórias de contratos especialmente tributados na presente tabela e sejam constituídas simultaneamente com a obrigação garantida, ainda que em instrumento ou título diferente<sup>87</sup>.

Ora, de tal norma, expõe o legislador que são sujeitas a IS as garantias das obrigações, qualquer que seja a sua natureza ou forma e enumera de forma não taxativa uma mão cheia delas.<sup>88</sup>

Sucede que, o OE para 2018 passou a isentar de tributo o ato de constituição ou de prorrogação destas garantias, quando praticados em plano de insolvência, de pagamentos, de recuperação ou no âmbito da liquidação da massa insolvente, cf al g)<sup>89</sup>, pelo que, não tendo, o legislador sido esclarecedor sobre o que se deve entender por garantias das obrigações, de seguida e de forma sumulada, iremos perceber de que garantias se tratam, para que posteriormente seja fácil aplicar a mais recente isenção de IS.

Primeiramente, considerando que as garantias das obrigações de que falamos são garantias especiais<sup>90</sup>, i.e., as que representam um reforço suplementar de segurança e de

---

<sup>86</sup> Entenda-se por garantias das obrigações, as garantias especiais, uma vez que ficam excluídas da sujeição de IS aquelas constituídas independentemente da vontade dos interessados.

<sup>87</sup> Quanto à garantia acessória, v IV nº 486 (2010); e SANTIAGO, Bruno, 2011, *Estudos em Memória do Prof. Doutor J.L. Saldanha Sanches: Direito Fiscal: Tributação do consumo e do património, fiscalidade ambiental e tributação do rendimento*, vol IV, 130-136.

<sup>88</sup> O regime do IS anterior manifestava -se no princípio da tipicidade fechada da lei fiscal, e apenas a fiança, a caução, o penhor e a hipoteca estavam sujeitas a este imposto. Atualmente, o legislador do CIS exemplifica expressamente como garantias das obrigações: o aval, a caução, a garantia bancária autónoma, a fiança, a hipoteca, o penhor e o seguro-caução, tendo optado por um tipo aberto segundo o qual ficam sujeitas a este imposto todas as garantias das obrigações, qualquer que seja a sua natureza ou forma. V SANTIAGO, *cit*, 119.

<sup>89</sup> A favor da não isenção do IS aos atos de constituição de garantias das obrigações, e em concreto da hipoteca, era entendimento da AT e da jurisprudência, que essa isenção não se estendia à constituição de hipoteca a favor dos credores, uma vez que, esta consistia numa mera garantia especial de cumprimento das obrigações da empresa perante os credores (ao contrário da dação em cumprimento de bens da empresa e da cessão de bens aos credores que são providências de recuperação) que não contribuía para a diminuição do passivo, e que por isso, não viola o princípio da igualdade. V IV nº 486 (2010) e Ac STA de 23.11.2011 (ISABEL MARQUES DA SILVA). Veja-se o art 196º nº1 al d), segundo o qual, o plano de insolvência pode conter a constituição de garantias com incidência no passivo do devedor.

Em sentido contrário, DIAS, Sara, *cit*, entende que a exclusão é contrária ao fim prosseguido nas restantes isenções, uma vez que, em muitos processos de insolvência ou PER, a constituição de uma garantia deste tipo pode representar a não aprovação do plano de recuperação/ revitalização pelos credores. Assim, também a isenção de tributação deste ato pode motivar a opção pela recuperação do insolvente.

<sup>90</sup> A garantia especial varia, consoante se trate de garantias pessoais ou reais e de garantias legais ou contratuais. Para mais desenvolvimentos, LEITÃO, Luís Menezes, 2016, *Garantias das Obrigações*, 5ªed, 93-243; EPIFÂNIO, *cit*, 239-242 e PIRES, *cit*, 433-443.



certeza de cumprimento, a algum ou alguns dos credores, sobre determinado bem do devedor,<sup>91</sup> podendo brotar diretamente da lei ou por contrato.

Os privilégios creditórios<sup>92</sup> e o direito de retenção<sup>93</sup> são garantias legais, o que significa que surgem automaticamente - independentemente da vontade do interessado. Por não haver uma escolha do credor ou credores - entendem alguns autores - que estas não estão sujeitas a IS<sup>94</sup>.

Ora, como já temos vindo a falar no decorrer do trabalho, onde não há incidência, não há isenção, pelo que – e indo no mesmo sentido dos autores supra referenciados - consideramos que os privilégios creditórios e o direito de retenção não estão sujeitos a IS.

## **6. EM SEDE DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE A TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS (IMT)**

O IMT é o imposto que incide sobre as transmissões onerosas de imóveis que visa tributar as manifestações de riqueza dos contribuintes<sup>95</sup>, que mobilizam os seus rendimentos na aquisição de bens imóveis<sup>96</sup>.

---

<sup>91</sup> Para SANTIAGO, *cit*, 118: “onde se lê “garantias das obrigações” deverá ler-se, com mais propriedade, garantias *especiais* das obrigações. Ou seja, o facto de o termo garantia ter sido utilizado pelo legislador no seu plural afasta a consideração da garantia geral das obrigações [i.e., todos os bens do devedor susceptíveis de penhora na expressão do artigo 602º do código Civil (CC)] da sujeição a IS. (...) De outro modo significa conduzir o IS quase a um imposto geral sobre o património, o que nunca foi desejado.” No mesmo sentido, LEITÃO, Luís, *Garantias...* *cit*, 93-99

<sup>92</sup> Os privilégios creditórios constituem-se exclusivamente em virtude da lei, e dão a favor de quem esteja constituído esta garantia, o direito de ser pago com prioridade sobre os outros credores, com o produto da venda de bens específicos do património do devedor. Estes podem ser mobiliários ou imobiliários; os mobiliários, por seu turno, podem ser gerais ou especiais (cf art 735º nº 2 do CC). Os primeiros não podem ser considerados direitos reais porque só podem ser exercidos em relação aos bens que se encontrem à data da penhora no património do devedor; os segundos são direitos reais, uma vez que incidem sobre coisa determinada, e gozam de direito de sequência. Os privilégios imobiliários são “tendencialmente” especiais (cf art 735º nº3 do CC). Assim, EPIFÂNIO, *cit*, 239-242. Para mais desenvolvimentos, PIRES, *cit*, 436 e LEITÃO, Luís Menezes (2018), *Direitos Reais*. 7ªed, 437-446.

<sup>93</sup> O direito de retenção constitui um direito real de garantia, segundo qual, o devedor que seja simultaneamente titular de um crédito sobre a pessoa a quem esteja obrigado a entregar uma coisa suscetível de penhora e do qual resultou uma despesa, tem o direito de a reter, caso a outra parte não preste caução suficiente, cf art 754º do CC. A este propósito, PIRES, *cit*, 437 e LEITÃO, Luís, *Direitos...* *cit*, 443-449.

<sup>94</sup> Assim, SANTIAGO, *cit*, 122-123.

<sup>95</sup> O IMT é um imposto sobre a riqueza, e esta um dos dois indicadores fundamentais da capacidade tributária dos contribuintes (cf art 103º nº1 da CRP), pelo que, o montante de imposto a satisfazer por cada um varia em função da capacidade de o pagar. Este tributo sujeita a imposto, a aquisição onerosa de bens imóveis, independentemente do título ou da forma jurídica utilizada nessa aquisição. O objeto da sujeição do imposto não é propriamente o ato ou contrato que titulam a aquisição, mas sim o efeito desses atos ou contratos, ou seja, a transmissão da propriedade ou dos direitos correspondentes sobre esses imóveis. Todavia, tributando a aquisição da propriedade, e não a titularidade, penaliza-se a circulação da propriedade, e não a sua detenção, que é o verdadeiro índice do benefício ou da capacidade contributiva. Assim, ANDRADE, Fernando Rocha, 2006, *Homenagem a José Guilherme Xavier de Bastos, Reflexões em torno do “imposto mais estúpido do mundo”*. 159-160 e Ac TCA Sul de 19.11.2015 (JOAQUIM CONDESSO).

<sup>96</sup> V SANCHES, Saldanha, 2007, *Manual de Direito Fiscal*, 3ª ed, 438 e PIRES, *cit*, 149.

Para obviar os inconvenientes do encargo fiscal incidente sobre o adquirente, o legislador concedeu isenções de IMT no sentido de evitar a perda de interesse na realização da transação, por parte destes, tornando-a menos dispendiosa, e, por conseguinte, mais atrativa.

Assim, atualmente, a lei afasta do âmbito da tributação as transmissões de bens imóveis, quando estas se destinem à constituição de nova sociedade ou sociedades e à realização do seu capital (al a)), à realização do aumento do capital da sociedade devedora (al b)) quando decorram da dação em cumprimento de bens da empresa e da cessão de bens aos credores (al c)), se se verificarem em qualquer plano de insolvência, de pagamentos ou de recuperação.

Estão igualmente isentos deste imposto, os atos de venda, permuta ou cessão da empresa ou de estabelecimentos destas, integrados no âmbito de planos de insolvência, de pagamentos ou de recuperação ou praticados no âmbito da liquidação da massa insolvente (nº2).

### **6.1.Antecedentes**

Na sua versão originária, o CIRE estabelecia as isenções de IMT consignadas no nº1 do art 270º, apenas às transmissões realizadas em plano de insolvência ou de pagamentos, sendo que, quanto às transmissões de imóveis por meio de atos de venda, de permuta, de cessão da empresa ou de estabelecimento desta, previstas no nº2, as isenções abrangiam todos os atos integrados no âmbito de plano de insolvência ou pagamentos ou praticados no âmbito da liquidação da massa insolvente.<sup>97</sup>

Em 2012, por força da LOE para 2013<sup>98</sup>, alargou apenas a aplicação da isenção de IMT às transmissões operadas nos atos de recuperação da empresa, que a anterior redação não contemplava, mantendo o restante teor.

### **6.2.A Alínea a) e a Constituição de Novas Sociedades**

Nos termos 68º da LGT foi apresentado um pedido de IV<sup>99</sup> sobre se da expressão preceituada na al a) “constituição de nova sociedade ou sociedades” dever-se-ia

---

<sup>97</sup> DIAS, Sara, *cit.* A isenção de atos praticados no âmbito da liquidação da massa insolvente não parece se estender ao nº1 do art 270º, uma vez que o legislador não ampliou o âmbito de aplicação quando o fez no art 269º.

<sup>98</sup> Preceituado no art 234º da Lei nº 66-B/2012, de 31.12

<sup>99</sup> No caso concreto que deu origem ao pedido, uma sociedade unipessoal por quotas foi constituída, com vista à comercialização do património adquirido, mais propriamente, de lugares de garagem e espaço de arrumos, cujo capital social seria integralmente realizado pelo sobredito património. *V* IV nº 6176 (2013)

considerar abrangidas todas e quaisquer entidades societárias que, de qualquer forma, estivessem ligadas ou intervenientes num plano de insolvência, de pagamentos ou de recuperação.

Em resposta, a AT entendeu que esta apenas aplicar-se-ia à nova sociedade ou sociedades, cuja constituição estivesse prevista no plano de insolvência e se essa nova sociedade se destinasse à exploração de estabelecimento adquirido à massa insolvente, pelo que, não considerava isenta de tributo a constituição de uma sociedade para comercialização do património adquirido e que se destinasse a exercer uma atividade diferente da prosseguida pela entidade insolvente<sup>100</sup>.

### **6.3.O Preceituado no n.º 2 do Artigo 270.º**

Por a redação do nº2 do art 270º não ser clara, até há bem pouco tempo, esteve em causa saber se a norma devia ser interpretada no sentido em que, quer a venda, quer a permuta, quer a cessão - ainda que integrados no âmbito de plano de insolvência ou de pagamentos ou praticados no âmbito da liquidação da massa insolvente, para que isentas de IMT - teriam de ter por objeto necessário a empresa ou estabelecimento desta ou se, a referência à empresa ou estabelecimento desta se referia apenas à cessão.

Aqui chegados, para apreender o sentido da lei, socorre-se à interpretação literal, ao elemento racional, ao elemento sistemático, e o elemento histórico<sup>101</sup>. Contudo, como os vários elementos estão interligados, e a sua separação podia ser alvo de entendimentos erróneos, iremos percorrê-los conjuntamente.

A interpretação das normas tributárias é aplicável, por força do nº1 do art 11º da LGT, segundo as regras e princípios gerais da interpretação e aplicação da lei, tal como se verifica no art 9º do CC.

Enuncia este preceito que a interpretação não deve cingir-se à letra da lei, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada (nº 1), não podendo, porém, ser considerado pelo intérprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso (nº 2) e que na fixação do

---

<sup>100</sup> Para determinar que sociedades estavam abrangidas pela previsão da al a) do art 270º configuraram importante os arts 199º e 217º e o ponto 49 do preâmbulo. A lei considera necessário para a constituição da(s) sociedade(s), que esta(s) conste(m) de plano de insolvência. Para mais desenvolvimentos, v IV nº 6176 (2013).

<sup>101</sup> ANDRADE, Manuel de, *cit*, 138-144.

sentido e alcance da lei, o intérprete presumirá que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados (nº 3).

Dito isto, e como tivemos oportunidade de referir, aquando o enquadramento do benefício fiscal, este não é suscetível de integração analógica, muito embora possa ser objeto de interpretação extensiva (cf art 10º da EBF)<sup>102</sup>.

Sucedendo que, para a AT<sup>103</sup>, a expressão “empresa e estabelecimento” tinha complemento direto quer na venda, quer na permuta, quer na cessão, por não poder ser aplicada interpretação que não encontrasse um mínimo de correspondência verbal, por força dos termos exarados no nº2 do art 9º do CC<sup>104</sup> e mais considerava, não dever ser o intérprete a distinguir as três expressões constantes da norma, sem que o Legislador o tivesse feito, por presumir-se que este tinha sabido expressar corretamente a sua vontade, cf nº3 do artº 9 do CC. Por força desse entendimento, o âmbito da isenção de IMT compreendia somente a transmissão onerosa de bens que integrasse a universalidade da empresa ou estabelecimento estável vendido, permutado ou cedido no âmbito de plano de insolvência ou de pagamentos ou da liquidação da insolvente, pelo que, não admitia nem por interpretação extensiva, a isenção de IMT aquando a venda pura e simples de elementos do ativo da empresa<sup>105</sup>.

Por força de tal entendimento, os contribuintes foram surpreendidos com liquidações adicionais, e após ter corrido largos anos, em última instância, o STA<sup>106</sup> pronunciou-se

---

<sup>102</sup> Para mais desenvolvimento, v. capítulo I.

<sup>103</sup> Para mais desenvolvimentos sobre a posição da AT v Parecer nº166, IV nº431 (2009) e título III da Circular nº10/2015.

<sup>104</sup> A DA de 21.10.2015 (JOAQUIM SILVÉRIO DIAS MATEUS) vem ao encontro da fundamentação da AT, defendendo que, “...não pode ser considerado pelo intérprete um pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal ainda que imperfeitamente expresso.”. O Ac STA de 30.5.2012 (ISABEL MARQUES DA SILVA) reconhece que ambas as soluções são aceitáveis, mas afigura-se “gramaticalmente mais correta a sustentada pela administração tributária, pois que os termos vender, permutar e ceder são todos eles verbos transitivos, daí que na frase a referência à empresa ou estabelecimento desta surgisse como complemento direto de todos três.” Inversamente, para DINIS, David Sequeira/Luís Bértolo ROSA, A isenção de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas vendas e permutas em Processo de insolvência, *ROA*, ano75, vol I/II, jan/jun, 2015, 465, decorre literalmente do texto do preceito que o Legislador apenas pretendeu relacionar a expressão “cessão” com as expressões que imediatamente lhe seguem no texto legal (ou seja, “empresa” ou “estabelecimento”) e que, se a “venda” e “permuta” se referissem também à empresa ou estabelecimento desta, então o Legislador teria incorrido numa manifesta repetição, na medida em que, pelo menos, seria redundante utilizar na mesma frase as expressões “venda” e “cessão”.

<sup>104</sup> Para maior clareza, v capítulo I.

<sup>105</sup> No mesmo sentido, a DA de 21.10.2015 (JOAQUIM SILVÉRIO DIAS MATEUS).

<sup>106</sup> O Ac STA de 17.12.2014 (ANA PAULA LOBO) embora também tenha salientado a ambiguidade do nº 2, considerou que o mesmo poderia ser “objeto de uma leitura mais clara e inequívoca sem recurso a qualquer interpretação extensiva”, devendo conferir-se antes, relevância ao “fim que visa alcançar”. Contudo, a maioria vai ao encontro da interpretação extensiva, como fundamento essencial para admitir a isenção, tal como nos Acs STA de 25.1.2017 (FRANCISCO ROTHES), de 20.1.2016 (FRANCISCO ROTHES), de 16.12.2015 (ISABEL MARQUES DA SILVA), de 11.11.2015 (PEDRO DELGADO). Sobre a venda praticada no âmbito da

no sentido de interpretar a norma extensivamente, e, por conseguinte, isentar de IMT, quer a venda, quer a permuta dos elementos do ativo da empresa<sup>107</sup>.

Como já exposto e explicado pela Doutrina e Jurisprudência, e ao qual subscrevemos, a expressão “empresa e estabelecimento” tem como correlato imediato a “cessão”. É que tal interpretação tem que ser feita tendo como certo que o legislador não se repetiu.

Sucedendo, estudados os pressupostos de direito das expressões “venda” e “cessão” podemos deparar-nos, no limite, com o mesmo significado: a transmissão onerosa de um direito<sup>108</sup>. Mas há mais, a permuta, sendo também um contrato oneroso, pode também ter um significado diferente. Para clareza do tema, parece-nos que o mais sensato passa por presumir<sup>109</sup>, como interpretes que somos, que o legislador acolheu as melhores palavras e escolheu os significados mais simplistas para aplicar na norma em apreço.

No que diz respeito ao elemento sistemático, tanto a isenção do art 269º als d) e e) como a do art 270º nº1 incluem quer a transmissão de imóveis efetuada em conjunto com a empresa ou estabelecimento estável, quer a transmissão isolado de imóveis, em separado da empresa ou estabelecimento que integram. Além de que, da análise destes preceitos não parece que o legislador tenha primado pela recuperação<sup>110</sup>. Na verdade, se estas normas são claras e delimitam o âmbito de aplicação, o mesmo não se verifica no n.º2 do art 270º.

---

liquidação da massa insolvente de prédio urbano de pessoa singular, destinado à habitação, v Ac STA de 3.7.2013 (FERNANDA MAÇÃS).

<sup>107</sup> “O princípio constitucional da legalidade tributária, permite a interpretação extensiva, cf art 10º do EBF, porque pressupõe que, por via interpretativa, se conclua que o Legislador “*minus dixit quam voluit*” (Ac STA de 23.11.2011 (ISABEL MARQUES DA SILVA)).

<sup>108</sup> DINIS/ROSA, *cit*, 466-467 alertam para a possibilidade das expressões “venda” e “cessão” em última instância, terem o mesmo significado - a transmissão onerosa de um Direito.

<sup>109</sup> O contrato de permuta (ou de troca) não se encontra especificamente regulamentado no CC, sendo-lhe aplicado, por força do art 939º do CC, as disposições do contrato de compra e venda, dado a sua natureza onerosa. Na sua noção elementar, este contrato desempenha a função de pagamento de forma diversa do objeto monetário, i.e., na ausência de qualquer objeto que possa qualificar como preço. Por força da mudança de paradigma, atualmente, existe um conjunto diversificado de contratos, tais como, a troca de imóveis para a habitação e o *swap*. Para mais desenvolvimentos, ALMEIDA, Carlos Ferreira de, 2016, *Contratos II – Conteúdo. Contratos de Troca*. 4ª ed, 118-122. Por força da evolução supra aclarada, entendem DINIS/ROSA, *cit*, 467 que “seria absolutamente inaudito e até temerário que, numa norma tão sensível como o art 270º nº2 do CIRE (que estabelece uma isenção de IMT), o Legislador tivesse optado pelo conceito “inovador” de permuta de empresas.”

<sup>110</sup> No art 269º o legislador não cuidou de saber se as transmissões de imóveis implicam a continuação ou o desmantelamento da empresa insolvente ou dos seus estabelecimentos, e se as transmissões de imóveis que decorram da dação em cumprimento ou da cessão de bens aos credores previstas no art 270º nº1 têm como efeito a continuação ou a liquidação da empresa. Por tudo, parece evidente que que a filosofia isenção destas normas, não foi a recuperação da empresa insolvente. Assim, DINIS/ROSA, *cit*, 480. DIAS, Sara, *cit*, entende que, na liquidação da massa insolvente, não se aplica o nº1 do art 270º.

Neste tocante, para a AT<sup>111</sup> a redação desta norma seria clara no sentido da isenção de IMT apenas às transmissões onerosas da universalidade dos bens<sup>112</sup>. Porquanto, em vista teria a recuperação da empresa como um todo, seguindo aquela que é a posição do legislador no art 162º nº1: “A empresa compreendida na massa insolvente é alienada como um todo”, mas parece-nos que não tomou em conta a norma na íntegra, porque a mesma também prevê a possibilidade da assembleia de credores decidir pela liquidação: “a não ser que não haja proposta satisfatória ou se reconheça vantagem na liquidação ou na alienação separada de certas partes<sup>113</sup>.”

Mas não é só, no que concerne à comparação entre a filosofia do art 269º e do nº1 do art 270º com a do nº 2 deste último, não achamos um fio condutor - se seguirmos a posição da AT - visto que a primeira não discrimina a transmissão da globalidade em detrimento da transmissão dos elementos do ativo da empresa, o qual, já se verifica no nº2 do art. 270º<sup>114</sup>.

Isto posto, se admitirmos que a distinção foi intencional, então, o legislador não consagrou a solução mais acertada e não soube exprimir o seu pensamento em termos adequados (v art 9º nº3 CC). Mas como nos compete presumir que o Legislador é coerente nas soluções que adota para problemas idênticas, julgamos ter intencionado isentar de IMT a venda e permuta de elementos do ativo da empresa<sup>115</sup>.

E eis que veio à tona o elemento histórico, de modo a perceber se esta interpretação também apontava para a isenção<sup>116</sup>. O ponto 49 do preâmbulo do CIRE frisou expressamente, que se mantêm, no essencial, o regime existente no CPEREF quanto aos

---

<sup>111</sup> O entendimento na DA de 21.10.2015 (JOAQUIM SILVÉRIO DIAS MATEUS) foi no mesmo sentido do entendimento da AT quando disse que, no domínio do IS a norma é bem clara e expressa ao contrário do nº2 do art 270º. Constatou que não existe correspondência entre o *complemento* utilizado na norma referente ao IS, que são os elementos do ativo da empresa, e o *complemente* constante no nº2 do art 270º, em que apenas estão previstos os atos de “venda”, de “permuta” e de “cessão”, não de qualquer ativo de uma empresa, mas antes da própria empresa ou de qualquer dos seus estabelecimentos.

<sup>112</sup> Não existe obstáculo legal à transmissão de bens imóveis, separada da empresa ou estabelecimento, para a AT, desde que sobre eles se pague o tributo. DINIS/LOPES, *cit*, 129.

<sup>113</sup> Nesta perspetiva, DINIS/LOPES, *cit*, 130; DIAS, Sara, *cit*, e DINIS/ROSA, *cit*, 479-482.

<sup>114</sup> Se o legislador tivesse primado pela transmissão global de empresa em detrimento da transmissão isolada dos elementos do seu ativo, só teria isentado de imposto de selo e de IMT a venda no seu todo. Ao incluir no âmbito de isenção as transmissões isoladas de imóveis diminuiu os incentivos às transmissões globais, o que é incompatível com a posição da AT no sentido da manutenção desta. Ademais, só abranger a transmissão de imóveis quando efetuada em conjunto com a empresa ou estabelecimento de que fazem parte, não resiste ao teste da coerência ou harmonia do ordenamento jurídico. (DINIS/ROSA, *cit*, 479-480).

<sup>115</sup> Vide MACHADO, B., *cit*, 183.

<sup>116</sup> E porque já fizemos a ponte entre o regime do CPEREF e do CIRE, vamos abster-nos de o repetir, contudo é de enorme relevância perceber, agora, os princípios orientadores dos dois regimes, para percebermos os fundamentos invocados.

benefícios. Mais uma vez, e a favor da não isenção, não viu a AT<sup>117</sup> a obrigação da subsistência de todo o regime existente no CPEREF, ao contrário da maior parte dos acórdãos do STA e de alguma da Doutrina<sup>118</sup>. Isto tudo porque, a expressão “elementos do ativo da empresa” que constava do art 121º nº2 do CPEREF não continuou prevista na redação atual do CIRE<sup>119</sup>. Mas, a nosso entender e no mesmo sentido do STA e da Doutrina, a *ratio legis* da norma reside no incentivo à aquisição de imóveis por forma a acelerar a liquidação do ativo e permitir aos credores a satisfação dos seus créditos em tempo útil e que esse objetivo fica igualmente prosseguido com a venda simples dos ativos<sup>120</sup>.

Sucede que, a AT ao excluir de isenção a venda e permuta dos ativos da empresa ou estabelecimento, utilizou parcialmente a autorização dada ao Governo no art 9º nº3 al c) pela Lei nº39/2003, de 22 de Agosto<sup>121</sup>, que passou a poder isentar de sisa (atual IMT) as transmissões de bens imóveis que decorrem da venda, permuta ou cessão da empresa, estabelecimento ou elementos dos seus ativos, quando integrados em qualquer plano de insolvência ou de pagamentos ou realizados no âmbito da liquidação da massa insolvente.

---

<sup>117</sup> Para a AT a finalidade de facilitar as transmissões, no âmbito de processos de insolvência, ficava satisfeita, ainda que excluídas do âmbito da isenção as transmissões isoladas de bens imóveis. No mesmo sentido, v. DA de 21.10.2015 (JOAQUIM SILVÉRIO DIAS MATEUS).

<sup>118</sup> Neste sentido, DINIS/ROSA, *cit*, 470-471, quando dizem que, atenta a origem da norma contida no nº2 do art 270º do CIRE, parece evidente que a mesma nunca visou restringir o âmbito dos benefícios previstos no CPEREF, pois, se o CIRE surgiu mais generoso do que o anterior regime, e o mesmo já isentava de tributação, as transmissões isoladas de imóveis compreendidos no ativo da empresa ou de estabelecimento desta, não existe qualquer fundamento para começar a tributar.

<sup>119</sup> Para sustentar a sua posição, a AT invoca a comparação com a redação do art 121º nº2 do CPEREF que, ao contrário do CIRE, fazia referência às transmissões de bens imóveis provenientes da autorização jurídica da empresa, concluindo que ao contrário do que acontecia com o regime anterior, o Legislador no CIRE, como decorre claramente da literalidade do preceito, pretendeu beneficiar apenas os casos em que a própria transmissão permitia que fosse assegurada a continuidade da atividade empresarial ou de uma parte dela. V DA de 21.10.2015 (JOAQUIM SILVÉRIO DIAS MATEUS).

<sup>120</sup> O incentivo à aquisição de imóveis pertencentes à sociedade em situação de insolvência está presente na teologia da norma interpretada. E o objetivo é igualmente prosseguido quando a aquisição tem por objeto elementos do ativo da empresa. Neste sentido, Ac STA de 30.5.2012 (ISABEL MARQUES DA SILVA).

<sup>121</sup> Lei que aprovou o CIRE.

Em virtude, o STA pronunciou-se por diversas vezes sobre esta questão<sup>122</sup>, invocando o desrespeito pelo “sentido e extensão” da autorização legislativa<sup>123</sup> e que tal entendimento implicava a inconstitucionalidade<sup>124 - 125</sup>.

Ademais, a Lei nº 66-B/2012 no seu art 234º alargou a isenção de IMT às transmissões operadas nos atos de recuperação da empresa, mas quanto a esta questão nada alterou. Este é um fundamento a favor da tese defendida pela AT e pela Decisão Arbitral já mencionada, da qual nós concordamos. Esta lei era a oportunidade certa para pôr fim a tal divergência, que além de desgastante para o próprio Estado – entenda-se economicamente, uma vez que as decisões do STA tendencialmente decidiram a favor dos contribuintes – entupiram o sistema judicial e impediram que a AT se ocupasse de questões mais importantes.

Isto posto, a questão foi tratada retirada e uniformemente no STA<sup>126 - 127</sup>, no sentido de aplicar a isenção de IMT previsto pelo nº 2 do art 270º também às vendas e permutas de imóveis, enquanto elementos do ativo do insolvente, desde que enquadrados no âmbito de um plano de insolvência ou de pagamentos ou praticado no âmbito da liquidação da massa insolvente<sup>128</sup>. Indiscutivelmente, o ato de “cessão” de bens está condicionado pela

---

<sup>122</sup> V. Acs STA de 30.5.2012 (ISABEL MARQUES DA SILVA), de 5.11.2014 (PEDRO DELGADO), de 18.11.2015 (PEDRO DELGADO)

<sup>123</sup> Neste sentido, Acs STA de 30.5.2012 (ISABEL MARQUES DA SILVA), de 17.12.2014 (ANA PAULA LOBO) e de 18.11.2015 (PEDRO DELGADO). Neste último acórdão decidiu o seguinte: “a aquisição de um imóvel-aleadamente, até o único bem que integrava a massa insolvente- na verdade realizada no processo de insolvência na fase de liquidação da massa insolvente, não pode, pois, deixar de estar isento de IMT, ao abrigo do disposto no nº 2 do art 270º”. Para PAIVA/JANUÁRIO, *cit*, 154, este último Ac do STA adota uma posição menos exigente e mais ampla.

<sup>124</sup> A favor da constitucionalidade da utilização parcial da lei de autorização, estiveram, para além da AT, a DA de 21.10.2015 (JOAQUIM SILVÉRIO DIAS MATEUS) e o Ac TC nº 556/2003.

<sup>125</sup> Se existem dois sentidos e ambos com correspondência, ainda que mínima, na lei, deve o interpreta optar pela interpretação conforma a constituição, em detrimento da que vicia de inconstitucionalidade. V. Ac STA de 30.5.2012 (ISABEL MARQUES DA SILVA).

<sup>126</sup> O STA foi chamado a decidir, com caráter uniformizador no âmbito do proc nº 1521/15, com fundamento na oposição entre o Ac do STA de 30.5.2012 (ISABEL MARQUES DA SILVA) e a DA proferida no proc nº 200/2015-T, tendo sido sufragada o entendimento no Acórdão uniformizador de jurisprudência do STA nº3/2017.

<sup>127</sup> Sendo proferidos vários acórdãos pelo STA num determinado sentido e nenhum noutro, pode conduzir à jurisprudência consolidada do STA. Veja-se o Ac STA de 17.9.2015 (ANA PAULA PORTELA). Proferido acórdão em sede de recurso extraordinário para uniformização de jurisprudência, da contradição verificada entre acórdão recorrido e um outro acórdão fundamentado, a decisão recorrida é afastada e substituída por outra em que se decide a questão controversa. Cf art 284º do CPPT. Todavia, os seus efeitos não se repercutem nas sentenças ou acórdãos anteriores, por força dos arts 152º nºs 5 e 6 CPTA e 695º nºs 3 e 44 do CPC. Quanto às decisões arbitrais, por força do art 29º nº 1 al a) do DL nº 10/2011 de 20 de Janeiro aplicam-se as normas de natureza procedimental ou processual dos códigos e demais normas tributárias. Para saber mais, ROCHA, *cit*, 450-452.

<sup>128</sup> V Ac STA de 1.2.2017 (ARAGÃO SEIA). Na Doutrina, reputa DINIS/ROSA, *cit*, 461, que o entendimento adotado pelo STA é diverso e mais permissivo do que aquele sufragado pela AT, embora estes acórdãos não sejam sempre totalmente convergentes nem nas suas conclusões nem na sua fundamentação.



letra da lei à transmissão onerosa da universalidade da empresa ou estabelecimento, mas o mesmo não se verifica quanto à “venda” ou “permuta”.

Concludentemente, o pomo da discórdia chegou ao fim, quando a AT reviu o seu entendimento – por força do dever que lhe assiste de ajustar as orientações genéricas, às decisões dos Tribunais Superiores, cf art 68º-A nº4 – e publicou a Circular nº 4/2017, substituindo o disposto na Circular nº 10/2015, passando a reconhecer a isenção de IMT na venda ou permuta dos imóveis integrados no ativo individualmente considerado, desde que abrangidos no âmbito de plano de insolvência, de pagamentos ou de recuperação, ou praticados no âmbito da liquidação da massa insolvente.

Verificado isto, a redação do nº2 do art 270º não sofreu alteração legislativa, porém, passou a ser vinculativo para a AT, por força da Circular nº 4/2017.

Com o devido respeito, julgamos que a insistência da AT numa interpretação que prejudicou mais os contribuintes do que os beneficiou, ultrapassou o aceitável.

Ditosamente, a alteração interpretativa tardou, mas chegou.

Pelo exposto, achamos possível segmentar os contribuintes que tenham sido ou estejam a ser afetados pela interpretação que a AT fez da lei. Por um lado, os contribuintes que tenham agido com base na interpretação anteriormente adotada pela AT, tenham pago indevidamente o tributo e não tenham recorrido às vias judicial para defender a sua posição. Ainda aqueles que viram emitida liquidação de IMT em momento anterior à Circular nº 4/2017 e ainda não pagaram o tributo. E por último, os contribuintes que impugnaram judicialmente o ato tributário invocando o vício de violação da lei, por erro nos pressupostos de direito.

Assim, tendo em conta a inércia da AT na regularização da situação, importa agora questionar quem são os responsáveis pelas liquidações e pagamentos de IMT ilegais e como podem ser compensados os contribuintes que saíram prejudicados da aplicação errada da lei de forma repetida e reiterada.

Aos contribuintes, só lhes restam requerer aos serviços tributários a revisão oficiosa<sup>129</sup> das liquidações de IMT já emitidas, para que as mesmas sejam anuladas com

---

<sup>129</sup> A revisão do ato tributário é uma garantia do procedimento tributário obrigatoriamente efetuado pela entidade que os praticou e encontra o seu fundamento no princípio da verdade material. Assim, a Administração Tributária tem o dever legal de corrigir o erro que lhe é imputável, ainda que não lhe seja solicitado. Caso provenha da sua iniciativa, a revisão do ato pode ser feita, com fundamento em “erro imputável aos serviços”. A revisão do ato tributário também pode ser desencadeada a pedido dos contribuintes, como resulta do art 78º n.ºs 1 e 7 da LGT e do art 86º n.º 4 al a) do CPPT, no prazo de quatro anos contados da liquidação ou, no caso de o tributo não ter sido pago, a todo o tempo, podendo ter como fundamento qualquer ilegalidade. Por sua vez, o contribuinte fica investido de um direito a uma decisão sobre o pedido formulado. Encontra-se pacificado pela jurisprudência constante do STA o entendimento de

fundamento em erro imputável aos serviços, no prazo de quatro anos após a notificação da liquidação, e em consequência restituído o imposto pago e os juros devidos. Para os que ainda não pagaram o tributo, após a liquidação adicional, e reagiram a tempo e horas à liquidação adicional, podem reclamar a todo o tempo. Por agora, resta esperar que o processo seja célere.

---

que a revisão de atos tributários por iniciativa da Administração tributária com fundamento em “erro imputável aos serviços” pode ser requerida pelo próprio sujeito passivo, valendo para o efeito o correspondente prazo de 4 anos após a liquidação e que o “erro imputável aos serviços” a que alude o artigo 78º nº 1, *in fine*, da LGT compreende não só o lapso, o erro material ou o erro de facto, como, também, o erro de direito, e essa imputabilidade aos serviços é independente da demonstração da culpa dos funcionários envolvidos na emissão da liquidação afetada pelo erro. Neste Ac do STA de 22.3.2011 (ISABEL MARQUES DA SILVA). Para mais desenvolvimentos, ROCHA, *cit*, 209-213 e Machado, Jónatas/Paulo da COSTA, *cit*, 504-505.

## CONCLUSÃO

Aqui chegados, são várias as conclusões que conseguimos retirar, mas a mais importante e útil, é a que, após anos de discórdia, de contribuintes prejudicados, de tribunais congestionados, eis que surgem as primeiras soluções.

Primeiro, passou a não concorrer para a determinação da matéria coletável, estando isentos de impostos sobre o rendimento de pessoas coletivas, todos os rendimentos e ganhos - e não só as mais-valias - e as variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido em processo de insolvência, quando e só quando, prossiga para a liquidação, sendo que, a isenção abrange agora também os direitos e não só os bens. A redação da norma, no seu nº1 passou a incluir o benefício aplicado nos casos em que o Administrador de insolvência, no cumprimento das suas funções de representante da massa insolvente, procede à alienação onerosa de bens imóveis aí integrados por valor superior àqueles pelo qual foram adquiridos pela pessoa insolvente – entendimento que até então a AT não seguia. Notoriamente, estes eram pontos de discórdia constante, que prosperamente, a LOE para 2018 pôs fim.

Seguidamente, a norma do art 269º- a nosso ver, causadora de menos divergências e a que, entre as outras duas, foi mais bem arquitetada pelo legislador – passou a consagrar também a isenção de tributo de atos de constituição e prorrogação de garantias das obrigações, o que a nosso ver, faz todo o sentido, uma vez que, a isenção de IS destes atos potencia a aprovação do plano de recuperação ou revitalização pelos credores, como podemos verificar no art 196º nº1 al d).

Sem valor de lei, mas com força persuasiva, o acórdão uniformizador de jurisprudência do STA nº3/2017 e a Circular 4/2017 acabaram com a polémica em torno da isenção de IMT da venda e da permuta da transmissão isolada de bens da empresa ou do seu estabelecimento, passando a admitir. De facto, a norma legal não sofreu modificações, contudo podemos afirmar que as divergências findaram, uma vez que, como verificamos no desenrolar da temática, as IV e as OA, não vinculam diretamente os contribuintes, mas influenciam toda a sua vida, uma vez que, os serviços administrativos aplicam de forma cega a interpretação da AT. Logo, existindo uma Circular que determina a isenção de tributo na venda e permuta dos bens isolados de empresa e estabelecimento, e não podendo esta desviar-se da interpretação feita, podemos convictamente afirmar, que nestes contornos, não será tributada.

Tudo isto se verificou muito pelas opções tomadas pela AT.

Questionamos porque demorou tanto a AT até chegarem aqui, sabendo que durante largos anos os seus serviços aplicavam incorretamente um preceito legal? Na verdade, as condições de agora, eram as condições de outrora.

Na verdade, em todo este processo, a AT congestionou os tribunais e potenciou a exaustão dos contribuintes. Com isto, só vemos uma justificação: a tentativa de arrecadar mais receita.

Mas no fim de contas, quem sai prejudicado, é o Estado, no seu todo! As sociedades insolventes, que não sobreviveram para verem chegar este dia, e a comunidade no seu geral, pelos tribunais lentos e congestionados com processos idênticos e com decisões esperadas.

Um estudo recente do Observatório<sup>130</sup> chegou a várias conclusões sendo uma delas a de que “A justiça administrativa e fiscal de primeira instância é uma justiça congestionada e lenta há vários anos”, sendo que o volume de processos pendentes “tem-se mantido sempre muito elevado nos últimos anos e continua com uma ligeira tendência de crescimento” e que são os processos mais complexos e mais antigos que mais ficam para trás.

O que verificamos no final e após anos de litígio, são decisões, já esperadas e repetitivas, do STA a favor dos contribuintes, e no fim, ao Estado só lhe resta pagar as custas do processo e os juros indemnizatórios.

Fica a questão: terá valido a pena toda esta insistência por parte da AT?

A nosso ver, não!

---

<sup>130</sup> “Justiça e eficiência: O caso dos Tribunais Administrativos e Fiscais” Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra de fevereiro de 2017.

## BIBLIOGRAFIA

### Artigos em monografias

ALMEIDA, Carlos Ferreira de (2018) – *Contratos II – Conteúdo. Contratos de Troca*. 4ª edição, Coimbra: Almedina.

ANDRADE, Fernando Rocha (2006) – *Homenagem a José Guilherme Xavier de Bastos Reflexões em torno do “ imposto mais estúpido do mundo ”*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 153-166.

ANDRADE, Manuel de (1978) – *Ensaio sobre a Teoria da Interpretação das Leis*. 8ª edição, Coimbra: Américo Amado Editor.

CASANOVA, Nuno Salazar e David Sequeira DINIS (2014) – *O Processo Especial de Revitalização: Comentários aos artigos 17.º-A a 17.º-I do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*. Coimbra: Coimbra Editora.

CATARINO, João Ricardo e Vasco Branco GUIMARÃES (2017) – *Lições de Fiscalidade*. vol. I, 5ª edição, Princípios Gerais e Fiscalidade Interna. Coimbra: Almedina.

DINIS, Ana Cristina dos Santos Arromba e Cidália Maria Mota LOPES (2017) – *A Fiscalidade das Sociedades Insolventes*. 2ª edição, Coimbra: Almedina.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário (2016) – *Manual de Direito da Insolvência*. 6ª edição, Coimbra: Almedina.

Ernest & Young (2013) – *O Novo IRC*. Coimbra: Almedina.

FERNANDES, Luís A. Carvalho e João LABAREDA (2015) – *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*. 3ª edição, Lisboa: Quid Juris.

GAMA, João Taborda da (2011) – *Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches*, vol. III, col. *Direito Fiscal: Parte Geral*, Coimbra: Coimbra Editora.

LEITÃO, Adelaide Menezes (2017) – *Direito da Insolvência*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes (2018) – *Direitos Reais*. 7ª edição, Coimbra: Almedina.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes (2017) – *Direito da Insolvência*. 7ª edição, Coimbra: Almedina.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes (2016) – *Garantias das Obrigações*. 5ª edição, Coimbra: Almedina.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes (2016) – *Cessão de Créditos*., Coimbra: Almedina.

MACHADO, J. Baptista (2017) – *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*. Coimbra: Almedina.

MACHADO, Jónatas E. M./Paulo da COSTA (2017) – *Manual de Direito Fiscal*. Coimbra: Almedina.

MARTINS, Alexandre de Soveral (2017) – *Um curso de direito da insolvência*. Coimbra: Almedina.

MARTINS, Guilherme Waldemar d' Oliveira (2002) – *A Despesa Fiscal e o Orçamento do Estado no Ordenamento Jurídico Português*. Coimbra: Almedina.

MARTINS, Maria d'Oliveira (2017) – *Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro*. Coimbra: Almedina.

MORAIS, Rui Duarte (2009) – *Apontamentos ao IRC*. Coimbra: Almedina.

NABAIS, José Casalta (2017) – *Direito Fiscal*. 10ª edição, Coimbra: Almedina.

PAIVA, Carlos e Mário JANUÁRIO (2014) – *Os Benefícios Fiscais nos Impostos sobre o Património*. Coimbra: Almedina.

PEREIRA, Manuel Henriques de Freitas (2017) – *Fiscalidade*. 5ª edição, Coimbra: Almedina.

PIRES, José Maria Fernandes (2018) – *Lições de Impostos Sobre o Património e do Selo*. Coimbra: Almedina.

PROENÇA, J. C. Brandão (2017) – *Lições de Cumprimento e Não Cumprimento das Obrigações*, 2ª edição, revista e atualizada, Porto: Universidade Católica Portuguesa.

ROCHA, Joaquim Freitas da (2018) – *Lições de Procedimento e Processo Tributário*. 6ª edição, Coimbra: Coimbra Editora.

SANCHES, J.L. Saldanha (2010) – *Justiça Fiscal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos .

SANCHES, J. L. SALDANHA (2007) – *Manual de Direito Fiscal*. 3ª edição, Coimbra: Coimbra Editora.

SANTIAGO, Bruno (2011) – *Estudos em Memória do Prof. Doutor J.L. Saldanha Sanches*, vol. IV, col. *Direito Fiscal: Tributação do consumo e do património, fiscalidade ambiental e tributação do rendimento*, Coimbra: Coimbra Editora.

SERRA, Catarina (2018) – *Lições de Direito da Insolvência*. Coimbra: Almedina.

SERRA, Catarina (2012) – *O Regime Português da Insolvência*. 5ª edição, revista e atualizada, Coimbra: Almedina.

SILVA, Suzana Tavares Da (2015) – *Direito Fiscal – Teoria Geral*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

SOUSA, Jorge de (2011) – *Código de Procedimento e de Processo Tributário – Anotado e Comentado*. 6ª edição, Vol. I. Lisboa: Áreas Editora.

### **Artigos em publicações periódicas**

ALMEIDA, Luís Chaves, “nota sobre as variações patrimoniais positivas e negativas do Código do IRC”, revista Fisco, n.º4, Janeiro (1989), pp. 22-24.

AMORIM, José de Campos, “os custos dedutíveis para efeitos de IRC”, Fiscalidade - Revista de Direito e Gestão Fiscal, outubro/ dezembro, n.º32 (2007), pp. 21-43.

DINIS, David Sequeira e Luís Bértolo ROSA – “A isenção de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas vendas e permutas em processo de insolvência”, *Revista da Ordem dos Advogados*, ano75, vol. I/II- janeiro/junho (2015), pp.459-482.

GUIMARÃES, Joaquim Fernando da Cunha, “as variações patrimoniais (POC e CIRC)”, *Jornal de contabilidade da APOTEC*, n.º208, julho (1994), pp. 169-177.

SANCHES, J.L Saldanha/ Manuel Anselmo Torres, “A incidência de selo sobre o trespasse.” *Fiscalidade - Revista de Direito e Gestão Fiscal*, outubro/dezembro, n.º32 (2007), pp. 5-13.

SANTIAGO, Bruno/ Beatriz Capelo GIL – “A responsabilidade pelo imposto devido na liquidação dos bens que integram a massa insolvente.” *Cadernos de Justiça Tributária, Centro de Estudos Jurídicos do Minho*, n.º 13, art.03, julho/agosto/setembro (2016), pp. 3-15.

SANTOS, Albano – “Circulares Administrativas – Eficácia Externa e Força Legal”, *Revista TOC*, n.º 23 fevereiro (2002), pp. 52-53.

SERRA, Catarina – “Entre o princípio e os princípios da recuperação de empresas (um Work in progress)”, II Congresso de Direito de Insolvência, Almedina, Coimbra (2014), pp.71-82.

SERRA, Catarina – “Emendas à (lei da insolvência) portuguesa - primeiras impressões, *Direito das Sociedades em Revista*, ano 4, vol.7 (2012), pp. 97-132.

SERRA, Catarina – “Créditos tributários e princípio da igualdade entre os credores – dois problemas no contexto da insolvência de sociedades”, *Direito das Sociedades em Revista*, ano 4, vol.8 (2012), pp.75-101.

SERRA, Vaz – “Do cumprimento como modo de extinção da obrigação”, *Boletim do Ministério da Justiça*, nº34 (1953), pp. 5-212.

### **Artigos em publicações *online***

MOUTA, Fátima Pereira, “Plano de Recuperação”, Insolvência Advogados, in [www.advogadosinsolvencia.pt/mapa/plano-de-recuperacao](http://www.advogadosinsolvencia.pt/mapa/plano-de-recuperacao), consult. em 4/Abril/2015.

DIAS, Sara Veiga (2017) – *Os benefícios fiscais no processo de insolvência e no PER*, in [https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/finais\\_site/209.pdf](https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/finais_site/209.pdf).

Tiago, Filomena (2012) – “A empresa insolvente mantém a personalidade tributária”, *Vida Económica*.

### **Documentos de Vídeo**

*A fiscalidade das sociedades insolventes*. Centro de Estudos judiciais de 20 de Maio de 2016, apresentação de Carlos Alexandre Eira Matos BORGES.



## **Teses e Dissertações**

ALVES, Hugo Ramos (2017) – *Dação em Cumprimento*: Tese de doutoramento em Direito Civil, Coimbra, Almedina.

DIAS, Sara Veiga (2012) – *O Crédito Tributário e as Obrigações Fiscais no Processo de Insolvência*: Tese de Mestrado. Braga, Universidade do Minho, Escola de Direito.

DOURADO, Ana Paula (2015) – *O Princípio da Legalidade Fiscal*: Tese de Doutoramento. Coimbra, Almedina.

NABAIS, José Casalta (2015) – *O Dever Fundamental de Pagar Impostos - Contributo para a compreensão constitucional do estado fiscal contemporâneo*: Tese de Doutoramento em Direito Administrativo. Coimbra, Almedina.

SANCHES, J.L. SALDANHA (2000) – *Quantificação da Obrigação Tributária: Deveres de Cooperação, Auto-Avaliação e Avaliação Administrativa*: Tese de Doutoramento. Lisboa, Lex.

## **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

(2017) Ministério das Finanças, Documentos Setoriais do Governo, Nota Explicativa do Ministério das Finanças, novembro de 2017.

(2017) Circular n.º 4/2017, de 10 de fevereiro.

(2015) Circular n.º 10/2015, de 9 de setembro.

(2014) Informação Vinculativa, Processo 2014 000422 – IVE n.º 6544.

(2013) Informação Vinculativa, Processo 2013 003575 – IVE n.º 6176.

(2011) Informação Vinculativa, Processo 2011 000263 – IVE n.º 1871.

(2010) Informação Vinculativa, Processo 2010 000295 – IVE n.º 486.

(2010) Informação Vinculativa, Processo 5957/2010, de 01.10.2010.

(2010) Circular 1/2010 de, 2 de fevereiro.

(2009) Informação Vinculativa, Processo 2009 0001914 – IVE n.º 431.

(2008) Parecer n.º 166 da Direção de Serviços Jurídicos e do Contencioso, Direção Geral dos Impostos, DSIMT de 16.07.2008.

(2002) Ofício Circulado n.º 20063 de 05.03.2002 da Direção de Serviço de IRC.

### **JURISPRUDÊNCIA\***

(2003) Acórdão do Tribunal Constitucional nº 556/2003 Processo 188/2003.

(2001) TJUE, Acórdão Processo C-206/99 de 21.03.2001 (relator: E. Juhász)

(2007) TJUE, Acórdão Processo C- 366/05 de 21.06.2007 (relator: R. Schintgen)

(2017) STA, Acórdão Processo 0724/16, 01.02.2017 (relator: Aragão Seia)

(2017) STA, Acórdão Processo 0159/16, 25.01.2017 (relator: Francisco Rothes)

(2016) STA, Acórdão Processo 01350/15, 20.01.2016 (relator: Francisco Rothes)

(2015) STA, Acórdão Processo 01345/15, 16.12.2015 (relator: Isabel Marques da Silva)

(2015) STA, Acórdão Processo 0575/15, 18.11.2015 (relator: Pedro Delgado)

(2015) STA, Acórdão Processo 0968/13, 11.11.2015 (relator: Pedro Delgado)

(2015) STA, Acórdão Processo 0622/15, 17.09.2015 (relator: Ana Paula Portela)

(2014) STA, Acórdão Processo 01085/13 de 17.12.2014 (relator: Ana Paula Lobo)

(2014) STA, Acórdão Processo 01508/12 de 05.11.2014 (relator: Pedro Delgado)

(2013) STA, Acórdão Processo 0866/13 de 25.09.2013 (relator: Francisco Rothes)

(2013) STA, Acórdão Processo 0765/13 de 03.07.2013 (relator: Fernanda Maçãs)

(2012) STA, Acórdão Processo 0594/12 de 21.11.2012 (relator: Casimiro Gonçalves)

(2012) STA, Acórdão Processo 0949/11 de 30.05.2012 (relator: Isabel Marques da Silva)

(2011) STA, Acórdão Processo 0592/11 de 23.11.2011 (relator: Isabel Marques da Silva)

(2011) STA, Acórdão Processo 01031/10 de 22.3.2011 (relator: Isabel Marques da Silva)

(2011) STA, Acórdão Processo 01145/09 de 24.02.2011 (relator: Dulce Neto)

(2010) STA, Acórdão Processo 0119/10 de 28.04.2010 (relator: Miranda de Pacheco)

(2006) STA, Acórdão Processo 026622 de 31.05.2006 (relator: Almeida Lopes)

(2003) STA, Acórdão Processo 01079/03 de 29.10.2003 (relator: Brandão de Pinho)

(2015) TCA Sul, Acórdão Processo 08920/15 de 19.11.2015 (relator: Joaquim Condesso)

(2011) TCA Sul, Acórdão Processo 03013/09 de 22.11.2011 (relator: Joaquim Condesso)

(2006) TRP, Acórdão Processo 0635505 de 14.12.2006 (relator: Deolinda Varão)

(2015) Jurisprudência Arbitral Tributária, Tribunal Arbitral, Processo n.º 200/2015-T de 21.10.2015 (árbitro: Joaquim Silvério Dias Mateus).

\* Consultado em [www.stadministrativo.pt/](http://www.stadministrativo.pt/); [www.curia.europa.eu/](http://www.curia.europa.eu/); [www.ministeriopublico.pt/](http://www.ministeriopublico.pt/)